
Oliveira & Irmão

Relatório e Contas

2009



Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Índice

I.	Mensagem do Presidente	2
II.	Relatório do Conselho de Administração	3
1.	Meio económico envolvente e acontecimentos importantes	3
2.	Evolução da actividade empresarial.....	6
3.	Função financeira.....	10
4.	Custos e margens de comercialização	11
5.	Investimentos	12
6.	Investigação, Desenvolvimento e Inovação.....	12
7.	Colaboradores	14
8.	Análise da situação económica e financeira	15
9.	Proposta de aplicação de resultados.....	16
10.	Política de Dividendos	17
11.	Sector Público Estatal	17
12.	Agradecimentos	17
13.	Nota Final.....	18
III.	Demonstrações Financeiras Individuais	20
IV.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais.....	38
V.	Certificação Legal de Contas – Contas Individuais.....	39
VI.	Contas Consolidadas	41
VII.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	62
VIII.	Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	63

Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2009, o Relatório de Gestão da sociedade Oliveira & Irmão, S.A., com sede na Variante da Cidade, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa colectiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 2.500.000 euros, a que correspondem 500.000 acções, no valor nominal de 5 euros cada.

I. Mensagem do Presidente

O mundo mudou! Claro que falo da economia. As verdades assumidas e inquestionáveis de há poucos anos estão desmentidas e caducas! Como gerir nos tempos que correm?

Centramo-nos sobre nós mesmos (na nossa organização e no espaço em que nos movemos), gerimos pensando mais no curto prazo, mas tentamos não cair no risco de esquecer o longo prazo, pois sem longo prazo o presente não faz sentido.

As prioridades são:

- Contenção de custos (é difícil fazê-lo bem),
- Aumento da produtividade,
- Simplificação e standardização (tentando não cair no "empobrecimento" da organização),
- Optimização da rentabilidade de curto prazo,
- Diminuição de endividamento, passando pela consolidação a médio e longo prazo e reequilibrando a estrutura financeira.

Mas... continuaremos a semear, no presente, os produtos (e rendimentos) do futuro... Continuaremos a investir meios materiais e humanos na inovação. Continuaremos a investir em negócios e parcerias de longa duração (eventualmente com menor margem) privilegiando, por vezes, a duração e estabilidade do negócio e não a rentabilidade imediata.

Estaremos no caminho certo? Para criar riqueza e valor, temos de sacrificar alguns dos objectivos "imediatistas" (na moda!) e pensar também no futuro.

Conseguiremos o justo equilíbrio entre a pressão do imediatismo e os objectivos de médio e longo prazo? Esperemos que sim, mas... não temos certezas, a não ser uma: O mundo mudou!

II. Relatório do Conselho de Administração

1. Meio económico envolvente e acontecimentos importantes

Um primeiro destaque para referir a decisão de desactivação da nossa participada Soplasnor. Num contexto muito difícil para o sector de obras públicas e construção civil e consequência da difícil situação económico e financeira da empresa, decidiu-se que era melhor desactivar esta unidade produtiva e estancar a absorção de recursos financeiros sem a correspondente rentabilidade. Foi uma decisão difícil, até porque desligar uma unidade produtiva onde estava investido muito tempo e dinheiro para torná-la rentável e dispensar um conjunto de trabalhadores que contribuíram para este esforço implicou coragem e algum discernimento para perceber que nos tempos em que vivemos esta era a melhor decisão possível. Mais adiante, no relatório consolidado, voltaremos a este facto, com mais informação e pormenores, mas queremos destacar esta decisão como importante pelo impacto que as contas da Soplasnor têm nas contas da O&I.

O ano de 2009 iniciou em profunda recessão e, na altura, sentíamos-nos mergulhados num mar de incertezas, sem referências válidas para nos balizarmos, com os valores de actividade (em Portugal e na Europa) a piorarem mês após mês. A meio do ano começaram a aparecer alguns sinais de estabilização e na parte final do ano havia já alguns sinais de estabilização se não mesmo de recuperação e indícios de crescimento em algumas economias.

Mercado Interno

Na economia nacional assistimos, no ano de 2009, a um abrandamento geral da actividade económica que foi particularmente forte no sector da construção habitacional (a que se destinam os produtos que produzimos e comercializamos). Ao mesmo tempo devemos referir a relativa animação da actividade de construção e reabilitação com origem na renovação do parque escolar e algumas obras das instituições de apoio social (vulgo IPSS), umas e outras fruto da decisão do Governo de injectar algum dinheiro nestes subsectores da construção. Esta acção permitiu minorar os efeitos da quebra da construção habitacional.

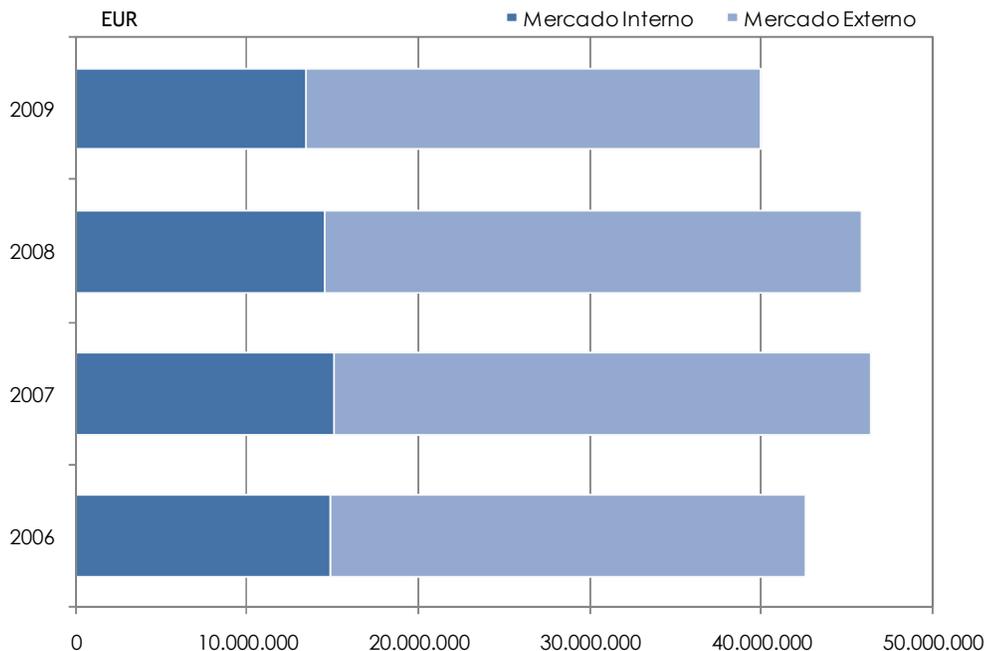
Mercado Externo

Os nossos mercados de exportação tiveram comportamentos diferentes. Porém de um modo geral, sobretudo na primeira metade do ano, o ambiente era de generalizada depressão, tendo melhorado na segunda metade do ano, pelo menos em alguns mercados e em alguns clientes. De referir o bom desempenho de alguns mercados do Norte de África e do Médio Oriente onde as nossas vendas cresceram face ao ano anterior, bem como o aumento de vendas para alguns clientes no Leste da Europa.

Conclusão e resumo dos principais dados económicos do exercício

A conjuntura acima descrita influenciou, naturalmente, o desempenho da empresa. As vendas globais caíram 12,9%, ainda assim menos do que antevíamos no início do ano (cerca de 20%). Analisando a evolução das vendas e dividindo entre mercado interno e mercado externo, temos:

- mercado interno diminuição de 7,4%
- mercado externo diminuição de 15,5%



Por actividades as vendas totais, no valor de 40.009.823 euros, dividiram-se da seguinte maneira:

Prod./Merc.	Interno	Externo	Total
Produtos	8.035.800	25.444.518	33.480.318
Mercadorias	5.466.897	1.062.608	6.529.505
	13.502.696	26.507.126	40.009.823

A actividade relacionada com produtos industriais representou 84% das vendas e a actividade relacionada com a venda de mercadorias 16%. Por mercados a divisão é de 66% referente ao mercado externo, ao passo que 34% são vendas para o mercado interno.

Se em termos de vendas verificamos um decréscimo de 13% face ao ano anterior, em termos de rentabilidade, tivemos um ano relativamente bom com um resultado líquido anual de 993.453 euros. Para este resultado contribuíram os seguintes factores:

- a margem bruta melhorou pelo efeito da descida de preço de algumas matérias-primas, e pelo resultado de trabalhos realizados com o objectivo de diminuir o custo de alguns produtos;
- para fazer face à prevista descida da actividade, a empresa levou a cabo um plano de reestruturação ainda durante o ano de 2008, complementado em 2009, que permitiu uma maior racionalização na aplicação dos recursos financeiros existentes, culminando numa redução de custos sem por em causa a qualidade e o serviço ao cliente;
- a utilização da metodologia kaizen aplicada às áreas industriais e administrativas permitiu também ganhos de produtividade, que contribuíram para o bom desempenho em termos de resultado;
- a desactivação da Soplasnor e o registo da respectiva imparidade da participação financeira evitaram que o resultado da Oliveira & Irmão fosse afectado na mesma ordem de grandeza que nos anos anteriores.

Perspectivas da evolução económica para 2010

As nossas expectativas para a evolução da economia nacional em 2010 não são as mais animadoras. A actividade da construção, sobretudo no subsector habitacional, vai continuar com um nível de actividade reduzido com inevitáveis consequências na degradação do comércio de materiais de construção. A acrescentar a estas condições particulares dos operadores económicos a jusante da nossa actividade, somar-se-ão os efeitos das medidas de contenção do défice associadas ao Plano de Estabilidade e Crescimento.

Não prevemos, assim, uma melhoria do mercado nacional em 2010. Prevemos mesmo alguma degradação a nível de liquidez e solvabilidade de alguns agentes económicos neste nosso mercado, com o risco do negócio a aumentar para níveis que poderão ser preocupantes. Por todas essas razões não é crível que as nossas vendas cresçam no mercado interno, podendo mesmo decrescer.

No que toca às economias dos países destino das nossas vendas, acreditamos que as perspectivas sejam melhores que em Portugal, parecendo que, na maioria desses países a economia vai crescer. Admitimos que alguns desses mercados venham a experimentar evoluções favoráveis, como também julgamos que alguns dos projectos e parcerias que vimos desenvolvendo nos últimos meses comecem a frutificar.

Acreditando que as vendas nos mercados externos possam subir, atrevemo-nos mesmo a quantificar essa previsão de crescimento acima dos 10%. Claro que pressupomos que haja uma estabilização da economia internacional e que não entremos em novos ciclos depressivos como por vezes alguns opinam poder acontecer.

Continuaremos o nosso labor de reestruturação e simplificação dos diversos processos da empresa. Contamos que este trabalho nos permita melhorar o desempenho, conseguindo maior fiabilidade e flexibilidade, processos mais leves e menos burocratizados e também por esta via conseguir melhores resultados económicos.

A aposta na Inovação e na Melhoria Contínua serão os pilares que regerão as nossas actividades e que nos permitirão aumentar a nossa produtividade, melhorar a nossa eficiência tendo em vista a sustentabilidade do negócio e a libertação de fundos para fazer face aos nossos compromissos.

2. Evolução da actividade empresarial

Actividade Comercial

A actividade comercial responsável pelas vendas no mercado interno e PALOP's, de artigos produzidos e comprados a que denominamos termo-hidro-sanitários, teve um decréscimo de 6,6% no ano de 2009 quando comparada com 2008.

Mercado Interno

Como referido houve um abrandamento da actividade comercial com as quebras mais importantes a verificarem-se no mobiliário de sala de banho. Os produtos fabricados apresentam uma quebra de 1% das vendas face a 2008.

Mercado Externo

As vendas da actividade comercial para os PALOP's registaram um aumento de 10% fruto do crescimento destas economias durante o ano de 2009, atingindo este ano cerca de 2% das vendas.

Actividade Industrial

As vendas da actividade industrial, responsável pelas vendas no mercado interno e externo de produtos fabricados, sofreram um decréscimo de 15% acabando por se verificar um desempenho melhor que o que prevíamos no início do ano (chegamos a prever quebras a rondar os 20%). No

final do primeiro semestre estávamos com um crescimento negativo de 24% em relação ao período homólogo de 2008, situação que melhorou progressivamente ao longo do segundo semestre.

Mercado Interno

As vendas industriais no mercado interno caíram 13% essencialmente devido à crise que se instalou na indústria cerâmica portuguesa de produtos sanitários.

Mercado externo

As vendas de produtos industriais para o mercado externo apresentaram uma quebra de 16%, generalizada em todos os mercados, com maior incidência nos da União Europeia.

Por famílias podemos referir que as vendas de autoclismos exteriores diminuiram cerca de 11%, as vendas de autoclismos interiores, com e sem estrutura, apresentaram uma quebra de 21% e as vendas de componentes para autoclismos tiveram uma diminuição de 16%. Em todas estas famílias verificamos, porém, uma melhoria de margem bruta.

Perspectivas da actividade empresarial para 2010

Actividade Comercial

Mercado interno

Se por um lado antevemos uma forte quebra de actividade no comércio em geral de materiais de construção, por outro lado acreditamos que a nossa organização consiga, de algum modo, contrariar esta tendência e ter um desempenho razoável com um conseqüente aumento de quota de mercado e assim apresentar uma quebra de vendas inferior à contracção do mercado.

Atrever-nos-íamos a antever uma diminuição das vendas na ordem dos 5%, mas tememos que a degradação das condições de risco e mesmo o abrandamento da economia nacional em geral nos conduzam para números bem mais modestos.

Mercado Externo

Estas vendas são exclusivamente as vendas para os PALOP's. A situação actual do mercado angolano consubstanciada na falta de divisas para pagamento dos compromissos internacionais não permite que haja grande optimismo. Achamos que as vendas nestes mercados não irão crescer.

Actividade Industrial

Mercado Interno

- Autoclismos

Não é credível que na actual conjuntura do mercado as vendas de autoclismos exteriores cresçam. O mercado está estagnado e o factor preço - em que não estamos (por opção estratégica) particularmente bem posicionados - tem vindo a ganhar importância.

O mercado dos autoclismos interiores, mais dependente da construção nova também não deverá crescer, pelo que também nesta família acreditamos que as quantidades vendidas no mercado interno possam descer, acreditando no entanto que algumas das (poucas) obras de vulto em curso sejam equipadas com os nossos autoclismos interiores.

- Componentes para autoclismos

As vendas de componentes para autoclismos, seja no que se refere às vendas à indústria, seja no que se refere às vendas para o mercado de reposição, deverão crescer ligeiramente.

Mercado Externo

- Autoclismos

As vendas de autoclismos exteriores deverão crescer ligeiramente, apesar de começarmos a sentir alguma pressão ao nível do factor preço e a sentir uma maior penalização no custo de transporte destes produtos.

Também as vendas de autoclismos interiores devem aumentar. Nos últimos anos desenvolvemos alguns projectos em parceria com alguns dos nossos mais importantes clientes que agora deverão começar a frutificar e permitir um aumento interessante das vendas desta família de produtos. É aliás, nesta família de produtos que vimos focando os nossos esforços, seja em termos de desenvolvimento, seja em termos de investimento (e de melhoria do processo).

- Componentes para autoclismos

Achamos que a venda de componentes deve aumentar ligeiramente, seja nas vendas para a indústria cerâmica, seja para a indústria de autoclismos não cerâmicos.

De facto também aqui vimos procurando novos desenvolvimentos e novas parcerias bem como melhorias de produtos e processo, no sentido de nos mantermos competitivos e atractivos e assim, não só fidelizar os actuais clientes, mas conseguir novos parceiros e novos negócios.

Contamos ainda crescer um pouco no mercado de reposição (onde continuamos a não ter uma quota de mercado significativa).

Estratégia e Evolução Futura

No exercício de 2009 demos continuidade, com maior determinação e amplitude, às transformações organizacionais que vínhamos implementando.

Autonomizamos o departamento de melhoria contínua, disponibilizando meios materiais significativos (sobretudo se comparados com o que vinha sendo a tradição anterior) de modo a poder aprofundar as transformações organizacionais identificadas como importantes.

De notar a determinação de, para além de aprofundar as melhorias e transformações no "chão de fábrica", levar essas transformações mais longe e conseguir inculir em todos os processos e em toda a empresa esta filosofia de melhoria contínua.

Pretendemos que, já no curto prazo, todos os processos sejam beneficiados com esta política de simplificação, melhoria e busca de produtividade, estando determinados em conseguir uma simplificação organizativa que nos permita recuperar simplicidade, flexibilidade e excelência no serviço.

Actividade Comercial

Mercado Interno

Dado o desempenho recente da nossa actividade comercial no mercado nacional (e evolução das vendas, se bem que negativa, foi melhor que o mercado), achamos que as mudanças que vimos operando estão a dar resultados minimamente satisfatórios. Estamos agora a enfrentar novos desafios de melhoria dos processos ligados a esta actividade e será altura de começarmos a repensar a gama de produtos, bem como o posicionamento no mercado.

Mercado Externo

A actividade comercial no mercado externo continua assente exclusivamente nos PALOP's que não têm tido a importância que achamos possível. Estamos ainda à procura da melhor fórmula para trabalhar estes mercados, procurando o justo equilíbrio e a justa exposição.

Actividade Industrial

Do ponto de vista organizacional, continuamos, como referido, o trabalho de melhoria contínua dos vários processos industriais, procurando agora estender esta melhoria organizacional aos processos de desenvolvimento e de suporte/apoio.

Entendemos que só desta maneira conseguiremos manter-nos competitivos e ganhar flexibilidade.

Em termos de capacidade produtiva, após o ajuste feito entre o final do exercício de 2008 e início do exercício de 2009 (adequação da mão-de-obra ao nível de actividade da altura), podemos dizer que, no final de 2009, estávamos com os recursos adequados ao nível de encomendas expectáveis (ligeiramente em alta), isto é: não prevemos a necessidade de novas reduções da massa salarial por via da diminuição de actividade, procurando no entanto diminuir o peso relativo da componente trabalho, quer por via de novos ganhos de produtividade, quer por um desejado acréscimo de valor nos produtos vendidos. Havendo alguma instabilidade recente nos preços das matérias-primas, estes nossos desejos poderão ser frustrados.

Do ponto de vista de estratégia do negócio, queremos continuar a privilegiar as parcerias estratégicas com clientes industriais de modo a melhorar a estabilidade produtiva e criar bases sólidas e estáveis para os actuais negócios e conseguir condições para, por um lado, potenciar estes, e por outro lado conseguir novos clientes, diversificando, tanto quanto possível e razoável o número de clientes industriais.

De facto temos algumas perspectivas de novas parcerias que, se se concretizarem, trarão, a prazo, um interessante incremento de facturação e uma maior estabilidade para a empresa.

3. Função financeira

Também aqui continuamos a consolidação da nova estratégia da empresa. A redução do endividamento bancário (a par com uma consolidação de médio a longo prazo) passou a ser uma determinação estratégica prioritária. De facto adaptamos os vários objectivos macro a este objectivo e se no exercício findo foi particularmente satisfatório o seu desempenho, não queremos aliviar esta pressão que deverá manter-se nos próximos anos.

Com a redução do endividamento bancário contamos, entre outros, reduzir (a prazo) os custos financeiros da empresa e assim melhorar (também por esta via) a rentabilidade. Para além de conseguir uma diminuição do grau de alavancagem financeira, permitirá ainda fortalecer o modelo de negócio para o caso de eventuais (indesejáveis) perturbações na economia mundial.

Com a redução de endividamento perspectivada nos próximos exercícios e o fim dos custos das operações de cobertura de taxa de juro (que adiante referiremos mais em pormenor) pensamos que o desempenho da função financeira continuará a melhorar nos próximos anos.

4. Custos e margens de comercialização

A estrutura de custos vem mantendo alguma estabilidade o que, de certo modo, nos permite uma melhor identificação dos factores a “trabalhar” com mais atenção. Conseguimos melhorias interessantes nalguns dos factores de custo.

Como já referimos, procurámos controlar e diminuir todo o tipo de custos, procurando limitar-nos ao essencial e imprescindível. Claro que é um tipo de trabalho que não estará, nunca, concluído, mas conseguimos ganhos significativos nos resultados operacionais. Para além das actividades de simplificação (produtiva e não só) já referidas (dentro do espírito Kaizen) devemos referir a reformulação e renegociação de alguns serviços e custos.

Houve ainda ganhos significativos a nível de encargos financeiros, sendo porém de referir que estes ganhos estão limitados por alguns factores que permanecerão nos próximos anos, como é o caso da existência de operações de cobertura de taxa de juro que se revelaram desadequadas, e cujo efeito perdurará ainda nos próximos exercícios.

As margens melhoraram genericamente em 2009, seja na actividade comercial, seja na actividade industrial. Na actividade industrial a melhoria de margem resulta das melhorias conseguidas a nível de alguns produtos e processos e ainda da diminuição dos preços das matérias-primas verificada, sobretudo na primeira metade do ano.

Em 2010 continuaremos o esforço de contenção e diminuição de custos de todos os tipos e ainda a melhoria organizacional, a nível produtivo e não só, agora com maior ênfase nos processos administrativos e de suporte (sem descuidar a contínua procura de melhoria e simplificação dos processos produtivos e da organização no “chão da fábrica”).

Não podendo contar em 2010 com os preços das matérias-primas aos níveis de há um ano (há mesmo aumentos preocupantes em algumas a verificar-se neste início de ano de 2010) e sendo difícil repercutir nos preços de venda estes aumentos, tentaremos encontrar, a nível da melhoria organizativa e da eficiência em todos os processos, a compensação para essas perdas de margem bruta, de forma a manter as margens líquidas a um nível que nos permita continuar a melhorar os resultados de exploração.

5. Investimentos

No exercício de 2009 procuramos limitar os investimentos ao indispensável (dentro da razoabilidade) sem prejudicar o desenvolvimento da empresa e dos produtos.

Como antes referido, a diminuição do endividamento foi uma das prioridades do exercício findo (bem como o será neste e nos próximos), o que acabou por se reflectir no nível de investimentos realizados.

Houve ainda investimentos dignos de nota (seja pela importância material, seja pelos objectivos) nas actividades de melhoria contínua e de reorganização funcional e produtiva. O investimento em 2009 atingiu cerca de 1.400.000 euros sendo que os principais investimentos foram em moldes, seja para o desenvolvimento de novos produtos, seja na melhoria de alguns dos existentes.

No exercício de 2010 manteremos as opções do exercício anterior, sendo nossa intenção privilegiar os investimentos em moldes (novos produtos principalmente, a par de algum esforço de racionalização/melhoria de alguns dos moldes existentes) para além da continuação do esforço de melhoria organizativa e funcional.

Naturalmente estaremos atentos aos desenvolvimentos conjunturais e procuraremos gerir os investimentos adequando as oportunidades ao retorno e à análise rigorosa do "custo vs benefício".

6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A inovação, na definição mais ampla do termo, continua a ser uma das maiores preocupações da empresa no seu todo. Continuamos a reforçar este processo, que foi autonomizado para uma maior liberdade de acção conducente a melhores e mais rápidos resultados.

No seguimento de uma focalização nas actividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação existente há alguns anos, iniciou-se em 2009 o processo de implementação de um sistema de IDI segundo a NP 4457. Pretende-se com este trabalho criar em toda a empresa um ambiente em que se respire a inovação, e que todos os colaboradores possam contribuir para o sucesso da empresa.

A mudança de mentalidades é essencial, uma vez que o conceito de inovação passa a ser mais abrangente, e não se resume à concepção de novos produtos, mas ultrapassa essa fronteira, pois estabelece rotinas de gestão focadas em várias frentes, como inovação nas áreas de marketing, de processos e organizacional. Foram sistematizados os processos relacionados com a gestão da

IDI nomeadamente a geração de ideias e criatividade, produção de conhecimento e a gestão projectos de IDI.

O reconhecimento da Oliveira & Irmão como uma empresa que oferece um trabalho credível a nível de inovação e qualidade no desenvolvimento de novos produtos tem vindo a aumentar nos mercados internacionais. Devido a este facto, o número e dimensão dos projectos de concepção de novos produtos desenvolvidos em parceria com os clientes tem vindo a aumentar de ano para ano.

A preocupação em proteger o capital intelectual gerado internamente e a sua transformação em vantagem competitiva, leva a que sejamos reconhecidos como a empresa portuguesa com mais patentes registadas na Europa. No decorrer do ano de 2009 foram registadas mais duas patentes e um modelo de produto (design).

Sempre com a preocupação de desenvolver produtos com novas aplicações foram encontradas soluções que incorporam novas tecnologias, como os sistemas de accionamento de autoclismos por sensor à distância. Submetemos também uma candidatura ao Sistema de Incentivos à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do QREN, no qual em parceria com entidades do Sistema Científico e Tecnológico nacional estamos a desenvolver um sistema de aspiração de ar em casas de banho com características inovadoras.

A procura de novas soluções do ponto de vista comercial e funcional, levou-nos a intensificar o desenvolvimento de projectos em conjunto com os fornecedores, unindo sinergias de forma a obter produtos e processos mais simples e competitivos contribuindo para o desenvolvimento económico de ambas as partes.

No ano de 2009 reforçou-se o trabalho de simplificação dos produtos existentes, tanto a nível conceptual como funcional, não só indo ao encontro das várias necessidades dos mercados onde comercializamos os nossos produtos, mas também procurando o aumento da produtividade interna.

Pretendemos consolidar uma estratégia focada na IDI, estruturando uma política de Investigação e Desenvolvimento sólida, aumentando e fortalecendo o conhecimento, transformando-o em soluções inovadoras, de forma a contribuir para o crescimento da empresa.

Destacamos ainda o benefício fiscal associado a esta actividade que nos permite todos os anos diminuir a colecta de IRC, por via do programa Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

7. Colaboradores

A 31-12-2009 o número de colaboradores era de 325, tendo-se verificado um decréscimo de 2,7% relativamente à mesma data do ano anterior. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 322.

Durante o 1º semestre de 2009 ainda se verificou uma redução no número de colaboradores, tendo esta tendência sido invertida a partir do 2º semestre.

A redução do número de colaboradores no primeiro semestre deveu-se à necessidade de continuar a ajustar a capacidade produtiva da empresa, tendo em vista a redução da actividade verificada. Por sua vez o aumento do número de colaboradores verificado no segundo semestre deveu-se a necessidade de reajustar novamente a capacidade produtiva às necessidades do mercado. De referir ainda que a empresa conta com alguns colaboradores em regime de trabalho temporário, o que permitiu que parte do ajustamento num e noutra semestre fosse realizado por esta via.

Para 2010, a verificar-se a continuação da recuperação da nossa actividade, prevemos que a tendência de aumento do número de colaboradores se mantenha mas ainda para valores inferiores aos de 2008, também pelos ganhos de produtividade conseguidos com as transformações já efectuadas ou em curso.

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2007, 2008 e de 2009.

Indicador	2007		2008		2009	
Total de colaboradores no final do ano	357		334		325	
Homens	150	42%	143	43%	145	45%
Mulheres	207	58%	191	57%	180	55%
N.º de colaboradores com formação superior	66		63		59	
N.º de horas de formação	19.684		13.545		12.632	
N.º de formandos envolvidos	344		300		323	
Nível etário (anos)	36,6		37,3		37,9	
Índice de Gravidade de Acidentes de Trabalho	Muito Bom		Muito Bom		Bom	

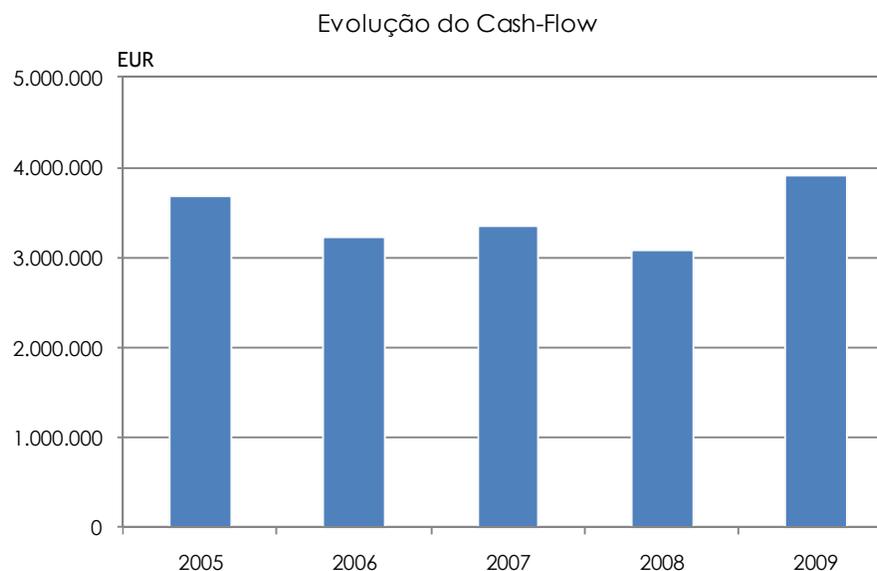
Durante o ano de 2009 optámos por privilegiar a formação dos nossos colaboradores na metodologia dos 5'S e na metodologia Kaizen. Tendo em conta as alterações que foram sendo introduzidas no nosso sistema organizativo, achámos que o conhecimento destas metodologias por parte de quem as aplica no dia-a-dia iria ajudar à sua implementação e ao desenvolvimento do espírito de melhoria contínua, que pretendemos que esteja presente em todos os colaboradores.

A formação continua a ser uma das nossas prioridades. Pretendemos continuar a qualificar e valorizar os nossos colaboradores dotando-os das competências mais adequadas para o desempenho das suas funções e do seu crescimento enquanto pessoas.

8. Análise da situação económica e financeira

A situação económica e financeira da empresa melhorou significativamente face ao ano anterior. Fruto do grande esforço de racionalização dos custos e da limitação dos investimentos, conjugado com factores exógenos como a descida das matérias-primas, permitiu-nos em 2009 atingir os objectivos a que nos tínhamos proposto, nomeadamente aumentar o EBITDA, aumentar a capacidade de geração de fluxos de caixa e contribuir para uma mais equilibrada estrutura financeira da empresa.

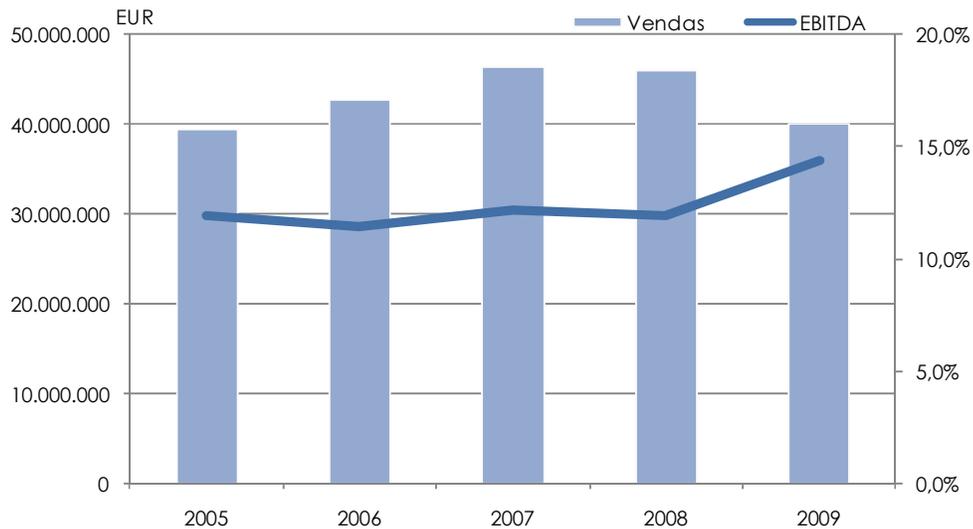
A contribuir para o aumento do EBITDA tivemos 2 factores: melhoria da margem bruta e descida da importância de alguns custos relativamente ao volume de vendas.



Este aumento do EBITDA, permitiu também um aumento do cash-flow, o que conjugado com a descida das necessidades de fundo maneio e com um investimento limitado permitiram libertar fundos para não só satisfazer o serviço de dívida bancária da empresa, como também reduzir esse endividamento, nomeadamente de curto prazo. Desta forma, o peso relativo do EBITDA no nosso

endividamento começa a aproximar-se de valores mais sólidos, contribuindo para melhorar o nosso equilíbrio financeiro.

Evolução do EBITDA



Paralelamente foi reestruturada parte da dívida bancária com a sua consolidação para médio e longo prazo com custos financeiros mais favoráveis e estáveis no tempo. Todavia, de referir que o sector bancário continuou a aumentar o custo do dinheiro ao longo do ano, nomeadamente das linhas de curto prazo.

9. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de 993.453,41 euros, tenha a seguinte distribuição:

- a) Para reserva legal: 441.551,45 euros
- b) Para reserva livre: 551.901,96 euros

10. Política de Dividendos

Como vem sendo hábito nos últimos anos e como forma de contribuir para a redução do endividamento bancário e a necessidade de reforçar os capitais da empresa, entende a administração não ser oportuna a distribuição de dividendos.

11. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2009, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

12. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos agradecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram.

Aos bancos e instituições financeiras queremos agradecer o apoio dispensado e a confiança que continuam a demonstrar.

Queremos ainda agradecer aos restantes Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspectivação das mudanças e melhorias em curso.

A todos o nosso reconhecido agradecimento.

13. Nota Final

A concluir aprez-nos referir que, não obstante a adversa conjuntura internacional, reagimos do modo que nos parece adequado e conseguimos um desempenho razoavelmente satisfatório para a empresa.

Claro que não podemos descansar sobre estes resultados iniciais e temos de nos empenhar ainda mais no presente exercício para, por um lado consolidar os resultados e por outro lado nos prepararmos melhor para a volatilidade da economia nacional e internacional. Os tempos que vivemos são conturbados e não estamos ainda numa situação que nos permita sentir tranquilos.

Aveiro, 31 de Março de 2010

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Silvestro Niboli

Pier Andreino Niboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do C.S.C., declaramos os accionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Accionista	31/12/2009
Valsir, Spa.	50%
Oliveira & Irmão SPGS, Lda.	50%

III. Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço

POC	ACTIVO	2009			EUR
		AB	AA	AL	2008
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de Instalação	0	0	0	0
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	230.835	154.178	76.656	45.814
433	Propriedade Industrial e O. Direitos	1.191.228	1.129.101	62.126	80.502
435	Outras imobilizações incorpóreas				
		1.422.062	1.283.280	138.783	126.316
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.543.483		1.543.483	1.543.483
422	Edifícios e outras construções	11.133.395	4.988.332	6.145.063	6.512.430
423	Equipamento básico	23.429.333	17.530.759	5.898.574	6.788.127
424	Equipamento de transporte	980.128	727.741	252.387	251.592
425	Ferramentas e utensílios	1.584.362	1.360.261	224.100	281.818
426	Equipamento administrativo	1.650.189	1.489.899	160.290	242.882
427	Taras e vasilhame	400.236	400.236	0	0
429	Outras imobilizações corpóreas	1.256.943	1.149.393	107.550	198.068
441/6	Imobilizações em curso	1.699.056		1.699.056	1.663.889
448	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	918		918	1.431
		43.678.044	27.646.622	16.031.422	17.483.721
	Investimentos financeiros				
4112	Partes de capital em empresas associadas	6.521.978		6.521.978	10.005.793
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	10.000		10.000	0
447	Adiantamentos por conta de inv. financeiros				3.741
		6.531.978	0	6.531.978	10.009.534
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.701.093	57.362	2.643.731	2.641.879
35	Produtos e trabalhos em curso	5.130.859		5.130.859	2.978.226
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios	1.188.480		1.188.480	1.932.177
32	Mercadorias	2.012.383		2.012.383	2.768.953
37	Adiantamentos por conta de compras				
		11.032.814	57.362	10.975.452	10.321.234
	Dividas de terceiros - CP				
211	Clientes, c/c	11.972.008		11.972.008	11.955.760
212	Clientes - títulos a receber	343.876		343.876	2.927
218	Clientes de cobrança duvidosa	920.115	910.436	9.679	28.537
229	Adiantamentos a fornecedores			0	0
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0	0
24	Estado e outros entes públicos	617.587		617.587	1.181.323
261+262+266					
267+268+221	Outros devedores	444.049		444.049	2.120.371
		14.297.636	910.436	13.387.200	15.288.919
	Títulos negociáveis				
15	Acções, obrigações e títulos	5.000		5.000	5.000
		5.000		5.000	5.000
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depósitos bancários	322.838		322.838	147.322
11	Caixa	5.133		5.133	16.709
		327.971	0	327.971	164.031
	Acrescimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	273.533		273.533	280.617
272	Custos diferidos	268.076		268.076	592.923
		541.609	0	541.609	873.539
	Total das Amortizações		28.929.901		
	Total dos Ajustamentos		967.798		
	Total do Activo	77.837.113	29.897.699	47.939.414	54.272.294

EUR

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2009	2008
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	2.500.000	2.500.000
521	Acções próprias - Valor nominal		
522	Acções próprias - Descontos e prémios		
53	Prestações suplementares		
55	Ajustamentos	2.627.081	8.207.484
56	Reservas de reavaliação	703.374	729.016
	Reservas:		
571	Reservas Legais	558.449	553.230
574	Outras Reservas	7.111.570	7.012.418
59	Resultados transitados		
	Sub-total	13.500.474	19.002.149
88	Resultado líquido do exercício	993.453	104.370
89	Dividendos antecipados		
	Total do Capital Próprio	14.493.927	19.106.519
	PASSIVO		
	Provisões para riscos e encargos		
291	Provisões para pensões		
292	Provisões para impostos		
293/298	Outras provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - MLP		
23	Dívidas a Instituições de Crédito	14.559.049	13.146.682
253+254	Empresas participadas e participantes		
255	Outros sócios		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	255.584	545.434
2612	Fornecedores de imobilizado, c/ Letras e out. títulos a pagar		
	Sub-total	14.814.633	13.692.116
	Dívidas a terceiros - CP		
23	Dívidas a Instituições de Crédito	5.717.473	9.810.752
221	Fornecedores, c/c	8.657.454	6.940.114
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	5.513
222	Fornecedores, c/ Letras e out. títulos a pagar	386.698	562.314
2612	Fornecedores de imobilizado, c/ Letras e out. títulos a pagar	2.192	
251+255	Empresas participadas e participantes		
259	Outros sócios		
219	Adiantamentos de clientes		
239	Outros Empréstimos Obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	698.580	1.420.559
24	Estado e outros entes públicos	426.694	243.949
262+263+264+265			
267+268+211	Outros credores	104.524	165.270
	Sub-total	15.993.615	19.148.470
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	1.464.242	1.250.027
274	Proveitos Diferidos	1.172.997	1.075.161
	Total do Passivo	33.445.487	35.165.775
	Total do Capital Próprio e do Passivo	47.939.414	54.272.294

Demonstração de Resultados por Naturezas

EUR

POC	RUBRICAS	2009		2008	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	5.232.538		5.278.474	
	Matérias	15.264.572	20.497.111	20.852.579	26.131.052
62	Fornecimentos e Serviços Externos		8.993.403		9.532.486
Custos com o pessoal					
641+642	Remunerações	5.371.321		5.676.330	
	Encargos Sociais				
643+644	Pensões				
645/648	Outros	1.465.953	6.837.274	1.732.373	7.408.702
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2.770.283		2.888.686	
666+667	Ajustamentos	145.517		78.473	
67	Provisões		2.915.800		2.967.159
63	Impostos	109.931		103.865	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	95.443	205.374	145.009	248.874
	A		39.448.961		46.288.273
682	Perdas em Empresas Grupo e Assoc.	84.357		774.069	
683+684	Amortizações e Provisões aplic. inv. financeiros				
681/5/6/7/8	Juros e Custos Similares Relativos a Empresas do Grupo				
	Outros	1.677.578	1.761.935	1.722.051	2.496.120
	C		41.210.897		48.784.393
69	Custos e Perdas Extraordinárias		261.750		273.571
	E		41.472.647		49.057.964
86	Imposto s/ o Rendimento do Exercício		238.269		51.500
	G		41.710.915		49.109.464
88	Resultado Líquido do Exercício		993.453		104.370
			42.704.369		49.213.834
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas				
	Mercadorias	6.529.505		7.360.088	
	Produtos	33.480.318		38.576.475	
72	Prestações de Serviços	8.862	40.018.684	9.390	45.945.953
81	Variação da Produção		1.416.824		1.601.601
75	Trabalhos para a Própria Empresa				
73	Proveitos Suplementares	454.121		441.434	
74	Subsídios à Exploração	115.451		161.451	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais				
77	Reversão de Amortizações e Ajustamentos		569.572	0	602.884
	B		42.005.080		48.150.439
782	Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas	322.845		404.329	
784	Rendimento de Participações de Capital				
7812/5/6+783	Rendimento de Títulos Neg. e Outras Aplic. Financ. Relativos a Empresas do Grupo				
	Outros				
7811/3/4/8+785/6/7/8	Outros Juros e Proveitos Similares Relativos a Empresas do Grupo	39.547		48.117	
	Outros	34.682	397.074	169.905	622.350
	D		42.402.155		48.772.789
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		302.214		441.045
	F		42.704.369		49.213.834
RESUMO					
	Resultados Operacionais (B) - (A)		2.556.119		1.862.166
	Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		-1.364.861		-1.873.770
	Resultados Correntes (D) - (C)		1.191.258		-11.604
	Resultado Antes dos Impostos (F) - (E)		1.231.722		155.870
	Resultado Líquido do Exercício (F) - (G)		993.453		104.370

Demonstração de Resultados por Funções

EUR

RUBRICAS	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
1. Vendas e prestações de serviços	40.018.684	100,0%	45.945.953	100,0%
2. Custo das vendas e das prestações de serviços	31.592.078	78,9%	37.483.288	78,0%
3. Resultados brutos	8.426.606	21,1%	8.462.665	22,0%
4. Outros proveitos e ganhos operacionais	871.786	2,2%	1.043.930	1,7%
5. Custos de distribuição	3.843.474	9,6%	4.656.437	13,4%
6. Custos administrativos	2.596.585	6,5%	2.546.947	5,7%
7. Outros custos e perdas operacionais	261.750	0,7%	273.571	0,6%
8. Resultados operacionais	2.596.583	6,5%	2.029.640	4,0%
9. Custo líquido de financiamento	1.603.348	4,0%	1.552.146	3,4%
10. Ganhos e perdas em filiais ou associadas	238.488	0,6%	-321.623	0,6%
11. Ganhos e perdas em outros investimentos				
12. Resultados correntes	1.231.722	3,1%	155.870	1,3%
13. Impostos sobre os resultados correntes	238.269	0,6%	51.500	0,2%
14. Resultados extraordinários				
15. Impostos sobre os resultados extraordinários				
16. Resultados líquidos	993.453	2,5%	104.370	1,0%
17. Resultados por acção (a)	1,99		0,21	

(a) 500.000 Acções de valor nominal de 5 euros cada.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EUR

Rubricas	2009		2008	
Actividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes	39.905.039		47.875.002	
Pagamentos a fornecedores	-26.750.179		-35.296.461	
Pagamentos ao pessoal	-6.871.694		-7.439.456	
Fluxo gerado pelas operações	6.283.166		5.139.084	
Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento	-123.383		74.870	
Outros pagamentos/recebimentos rel. actividade operacional	1.738.540		-1.842.541	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	7.898.323		3.371.413	
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	241.353		258.945	
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	-151.937		-177.413	
Fluxos das actividades operacionais (1)		7.987.740		3.452.946
Actividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros			279.714	
Imobilizações corpóreas	15.673		95.904	
Subsídios de Investimento	22.911			
Juros e proveitos similares	40.482	79.065	57.607	433.225
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-1.355.610			
Imobilizações corpóreas	-1.393.735		-2.241.339	
Imobilizações incorpóreas	-430.818	-3.180.164	-81.991	-2.323.330
Fluxos das actividades de investimento (2)		-3.101.098		-1.890.105
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	3.988.346		5.093.536	
Outros recebimentos da actividade de financiamento		3.988.346		5.093.536
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-6.718.526		-4.165.473	
Amortização de contratos de locação financeira	-559.787		-585.097	
Juros e custos similares	-1.413.388		-2.147.704	
Dividendos / Gratificações				
Outros pagamentos da actividade de financiamento		-8.691.701		-6.898.274
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-4.703.356		-1.804.738
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		183.286		-241.897
Efeitos das diferenças de Câmbio		-19.346		5.638
Caixa e seus equivalentes no início do período		169.031		405.290
Caixa e seus equivalentes no final do período		332.971		169.031

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	2009	2008
Numerário	5.133	16.709
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	322.838	147.322
Equivalentes de caixa	5.000	5.000
Caixa e seus equivalentes	332.971	169.031
Disponibilidades constantes do balanço	332.971	169.031

Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota introdutória

A Oliveira & Irmão, S.A. foi constituída em 12-05-1954 e tem sede na Variante da Cidade – Esgueira – Aveiro, possui o número de identificação fiscal 500.578.737, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro com o mesmo número, e tem um capital social de 2.500.000 euros, representado por 500.000 acções.

A actividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica n.e. e a actividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, motobombas e electrobombas, torneiras, electrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como actividade secundária a promoção imobiliária visando a concepção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

As notas expressas em euros e apresentadas neste documento, referem-se ao período decorrido de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2009 e respeitam a ordem estabelecida no POC.

As notas não mencionadas não são aplicáveis a esta empresa por inexistência de valores, situações a reportar ou respeitam a factos e situações não materialmente relevantes.

Nota 1 - Políticas Contabilísticas Adoptadas

A metodologia, critérios e políticas contabilísticas utilizadas neste exercício, são as mesmas que foram adoptadas nos exercícios anteriores, numa base de continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos da consistência, prudência e especialização dos exercícios, e respeitando integralmente as disposições do POC e demais legislação conexas em vigor.

Sempre que aplicáveis, foram atendidas as directrizes contabilísticas entretanto publicadas.

Nota 2 - Comparabilidade das demonstrações financeiras

Está garantida a comparabilidade temporal entre as contas do balanço e da demonstração dos resultados.

Nota 3 - Critérios de valorimetria

Foram os seguintes os critérios valorimétricos utilizados no exercício:

a) Imobilizações Incorpóreas

O imobilizado incorpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição, e é constituído essencialmente por despesas de investigação e desenvolvimento, e despesas com propriedade industrial e outros direitos. A política de amortizações adoptada é o método das quotas constantes e a forma de registo é por duodécimos. As taxas aplicadas são as constantes no Decreto – Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, incluindo as alterações ao citado Decreto.

b) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo é registado ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas suportadas até a sua entrada em funcionamento. Os bens de reduzido valor, são amortizados no ano da sua aquisição, obedecendo ao artigo 20º do Decreto – Regulamentar 2/90. Para o cálculo das amortizações é utilizado o método das quotas constantes e a forma de registo é por duodécimos, utilizando as taxas máximas do Decreto supra citado, assim como as taxas que foram alteradas por força legal, exceptuando as máquinas de uso específico e os moldes do sector fabril, onde é praticado o período de vida máximo.

c) Investimentos Financeiros

Foi adoptado o método da equivalência patrimonial no registo dos investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas, com a excepção da Soplasnor conforme referido na nota 2. Nesta rubrica passou a constar o empréstimo que a Oliveira & Irmão tem prestado à Soplasnor para esta fazer face a todos os seus compromissos junto de terceiros.

d) Existências

O critério valorimétrico adoptado na valorização das mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi o custo de aquisição, sendo este composto pelo valor de compra acrescido das despesas necessárias para a sua colocação no seu estado actual e no seu local de armazenagem.

Os produtos acabados foram valorizados ao custo de produção, sendo este composto pelo custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. A forma de custear as saídas é o custo médio ponderado.

A Oliveira Irmão, S.A. recorreu à subcontratação de uma empresa de construção, para a edificação da obra constante da matriz sob o nº 4430, no centro de Aveiro no lugar Agras de Baixo lote nº 10 na freguesia da Vera Cruz, denominada Edifício Aqua Residence.

Em 31 de Dezembro de 2009, na conta de produtos e trabalhos em curso consta o valor de 5.130.859 euros que se refere aos custos reclassificados por natureza, ocorridos até então, com a referida obra.

e) Ajustamentos

Os ajustamentos são efectuados numa base de prudência, atendendo a situações associadas a risco de perda.

f) Acréscimos e diferimentos

O princípio da especialização dos exercícios, está subjacente na imputação dos custos e proveitos a cada exercício. Atendendo aos princípios do acréscimo e da correlação entre proveitos e custos, os subsídios ao investimento são registados na rubrica "27 - Acréscimos e Diferimentos" como proveitos diferidos, sendo imputados aos resultados na mesma base e às mesmas taxas do respectivo imobilizado. Os encargos com férias correspondentes ao exercício de 2010, foram estimados e registados na rubrica de acréscimos de custos, sendo o custo reconhecido neste exercício.

g) Classificação do balanço

Os passivos exigíveis de duração superior a um ano da data do balanço, são classificados nas respectivas rubricas como passivos de médio e longo prazo.

h) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira, foram registadas ao câmbio da data da operação.

Os activos e passivos foram actualizados às cotações de 31 de Dezembro, no caso das moedas fora da Zona Euro. Na demonstração dos resultados estão reflectidas como custo ou proveito respectivamente, as diferenças de câmbio desfavoráveis ou favoráveis, daí resultantes.

Nota 4 – Cotações utilizadas

Os activos e os passivos expressos em moeda estrangeira, foram ajustados para euros, em 31 de Dezembro de 2009, utilizando as seguintes cotações:

Moeda	Cotação
AUD	1,52218
CHF	1,45549
DKK	7,18143
GBP	0,88416
SEK	9,91363
USD	1,41689
ZAR	8,49632

Nota 5 - Afecção de resultados derivados de vantagens fiscais

As políticas e critérios adoptados estão em plena sintonia com os princípios contabilísticos explicitados no POC e demais legislação em vigor, nomeadamente o princípio da consistência, não se registando qualquer derrogação no sentido de se obter vantagens fiscais quer quanto aos critérios de valorimetria dos elementos patrimoniais, quer quanto às políticas de amortizações, ajustamentos ou de provisões.

Nota 6 – Impostos Futuros

Foi criada uma reserva de reavaliação, em consequência da reavaliação do imobilizado corpóreo, realizada ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto – Lei n.º 118-B/86, de 27/Maio

Decreto – Lei n.º 111/88, de 2/Abril

Decreto – Lei n.º 49/91, de 25/Janeiro

Decreto – Lei n.º 264/92, de 24/Novembro

Decreto - Lei n.º 31/98, de 11/Fevereiro.

Em 2009 encontra-se por realizar o montante de 207.061 euros, a que correspondem impostos diferidos, que ascendem a 25.642 euros considerando a taxa efectiva (25% IRC, adicionado de 1,5% derrama sobre lucro tributável), do que resulta para o exercício um acréscimo de imposto de 2.731 euros.

Nota 7 – Número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício de 2009

	Administrativos	Comerciais	Fabris	Total
Número médio	28	51	243	322

Nota 10 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado
Activo Bruto

EUR

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências	Red. e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Instalação	121.032				121.032	0
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	569.427	4.410		112.558	455.560	230.835
Propriedade Industrial e O.Direitos	1.165.418	25.810				1.191.228
Outras Imobilizações Incorpóreas	152.865				152.865	0
Total Imobilizado Incorpóreo	2.008.742	30.220	0	112.558	729.458	1.422.062
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	1.543.483	0	0	0		1.543.483
Edifícios e outras construções	11.056.332	23.944	0	53.118		11.133.395
Equipamento básico	22.643.081	317.109	145.562	614.705		23.429.333
Equipamento de transporte	1.006.163	101.432	127.466	0		980.128
Ferramentas e utensílios	1.517.921	57.206	0	9.235		1.584.362
Equipamento administrativo	1.627.891	23.524	1.226	0		1.650.189
Taras e vasilhame	400.236	0	0	0		400.236
Outras imobilizações corpóreas	1.250.621	6.322	0	0		1.256.943
Imobilizações em curso	1.663.889	837.549	0	-802.382		1.699.056
Adian.por conta imob.corp.	1.431	0	0	0	513	918
Total Imobilizado Corpóreo	42.711.048	1.367.087	274.254	-125.324	513	43.678.044
Investimentos Financeiros						
Partes Capital em Emp. Grupo	10.375.533				3.843.555	6.531.978
Adiantam. Invest. Financeiros	3.741				3.741	0
Total Investimentos Financeiros	10.379.274	0	0	0	3.847.296	6.531.978

Amortizações e Ajustamentos

EUR

Rubricas	Saldo inicial	Amortizações	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	121.032	0	-121.032	0
Desp.Inv. e desenvolvimento	523.613	86.126	-455.560	154.178
Propriedade Ind. e O.Direitos	1.084.916	44.186	0	1.129.101
Outras Imobilizações Incorpóreas	152.865	0	-152.865	0
	1.882.426	130.311	-729.458	1.283.280
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	4.543.902	444.430	0	4.988.332
Equipamento basico	15.854.954	1.767.993	-92.189	17.530.759
Equipamento de transporte	754.571	100.637	-127.466	727.741
Ferramentas e utensilios	1.236.103	124.158	0	1.360.261
Equipamento administrativo	1.385.008	105.913	-1.022	1.489.899
Taras e vasilhame	400.236	0	0	400.236
Outras imobilizações corpóreas	1.052.717	96.676	0	1.149.393
	25.227.491	2.639.807	-220.677	27.646.622

Nota 12 - Reavaliações

As diversas reavaliações realizadas tiveram por base os seguintes diplomas:

- Decreto – Lei n.º 118-B/86, de 27/Maio;
- Decreto – Lei n.º 111/88, de 2/Abril;
- Decreto – Lei n.º 49/91, de 25/Janeiro;
- Decreto – Lei n.º 264/92, de 24/Novembro;
- Decreto – Lei n.º 31/98, de 11/Fevereiro.

Nota 13 - Quadro das reavaliações

EUR

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores contab. reavaliados
Imobilizações Corpóreas			
- Terrenos e recursos naturais			
- Edifícios e outras construções	1.295.323	485.211	1.780.534
- Equipamento básico	412.037	69.847	481.884
- Equipamento de transporte	38.811	5.611	44.422
- Ferramentas e utensílios	5.841	743	6.584
- Equipamento administrativo	43.031	2.703	45.734
- Taras e vasilhame	299	75	374
- Outras imobilizações corpóreas	1.751	30	1.781
	1.797.093	564.220	2.361.313

Nota 14 – Imobilizações corpóreas e em curso

O valor global das imobilizações em poder de terceiros no valor de 843.178 euros refere-se a moldes, em poder de fornecedores nacionais e italianos. Afectação das imobilizações a cada um dos sectores de actividade da empresa:

EUR

RUBRICAS	Actividade Comercial	Actividade Industrial	Total
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	692.162	851.321	1.543.483
Edifícios e Outras Construções	4.619.185	6.514.211	11.133.395
Equipamento Básico	362.375	23.066.958	23.429.333
Equipamento de Transporte	516.020	464.108	980.128
Ferramentas e Utensílios	195.873	1.388.489	1.584.362
Equipamento Administrativo	782.683	867.506	1.650.189
Taras e Vasilhame	4.921	395.315	400.236
Outras Imobilizações Corpóreas	207.901	1.049.043	1.256.943
Imobilizações em curso	9.063	1.689.994	1.699.057
Adiant. p/ conta de imob. corpóreas	918	0	918
	7.391.100	36.286.944	43.678.044

Não foram imputados custos financeiros às imobilizações nem no exercício nem nos exercícios anteriores.

Nota 15 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2009, a Oliveira & irmão, S.A. utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Contrato	Data início Contrato	Entidade	Valor dos bens no início do contrato	Período do contrato (meses)	Valor em dívida
321144	07-2006	CGD Leasing	438.500	72	153.460
342184	07-2008	CGD Leasing	73.402	60	52.737
343644	08-2008	CGD Leasing	19.767	48	13.492
346700	12-2008	CGD Leasing	33.329	48	24.713
349341	05-2009	CGD Leasing	30.846	48	25.327
713203	11-2007	Barclays	45.007	36	12.179
713114	11-2007	Barclays	310.630	36	85.098
713542	12-2007	Barclays	52.246	36	18.649
814489	07-2008	Barclays	175.000	60	125.500
160570	06-2006	TOTTA Leasing	213.350	48	24.229
160569	06-2006	TOTTA Leasing	27.500	48	3.123
160568	06-2006	TOTTA Leasing	54.200	48	6.155
160567	06-2006	TOTTA Leasing	113.000	48	12.833
400036036	12-2005	BCP Leasing	29.150	60	5.254
TOTAL			1.615.926		562.750

Nota 16 – Partes de capital em empresas do grupo

EUR

Firma/Sede Social	Capital Devido	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Oliver Internacional. Srl. Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,0%	1.000.000	3.841.895	305.125
Moldaveiro – Moldes. Lda. Lugar do Milão, Esgueira – Aveiro	83,0%	249.399	954.541	25.025
Soplasnor – Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000	1.581.750	-5.059.137

Nota 19 – Valores de mercado do activo circulante

Não há diferenças materialmente relevantes entre o valor de mercado e o valor das rubricas do activo circulante, que não estejam cobertas por provisões constituídas pela empresa.

Nota 23 - Valor das dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2009 a conta Clientes de Cobrança Duvidosa apresenta o valor de 920.115 euros.

Nota 25 – Dívidas relativas ao pessoal da empresa

EUR

Tipo de Dívidas	Valor
Dívidas Activas	
Adiantamentos a Empregados	
Outras Operações com o Pessoal	7.396
	7.396
Dívidas Passivas	
Remunerações a pagar ao Pessoal	22.785
Descontos a Empregados	559
Reembolso TSU	
	23.344

Nota 31 – Responsabilidade por letras descontadas e não vencidas

Em 31 de Dezembro de 2009 o valor de responsabilidades por letras descontadas e não vencidas ascendia a 80.114 euros.

Nota 32 – Responsabilidade por garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2009 a empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas decorrentes de imposições contratuais relacionadas com a sua actividade, de acordo com a seguinte discriminação:

EUR

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos		
Garantia nº 2512.002591.993	APCMC	16.000

Nota 34 – Movimento dos Ajustamentos

EUR

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de Dívidas a Receber:				
Dívidas de Clientes	764.919	145.517		910.436
Ajustamento de Existências:				
Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo	57.362	0		57.362
	822.281	145.517		967.798

Nota 36 – Representação do capital

O capital está representado por 500.000 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada.

Nota 37 – Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que detêm pelo menos 20%

ACCIONISTAS	Acções Subscritas		Participação no capital	Direitos de Voto
	Número	%		
Valsir. SPA Località Merlaro n° 2 25078-Vestone (BS) – Itália	250.000	50%	50%	50%
Oliveira & irmão SGPS, Lda. Travessa do Milão - Esgueira 3800-314 Aveiro	250.000	50%	50%	50%

Nota 40 – Outros movimentos ocorridos nos capitais próprios

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Aplicações	EUR
				Saldo final
Capital Social	2.500.000			2.500.000
Acções Próprias	0			0
Ajustamentos de Partes de Capital	8.207.484		5.580.403	2.627.081
Reservas de reavaliação	729.016		25.642	703.374
Reservas	7.565.648	104.370		7.670.019
Resultados transitados	0			0
Resultado líquido	104.370	993.453	104.370	993.453
	19.106.519	1.097.824	5.710.416	14.493.927

O valor constante da coluna das Aplicações relativo aos Ajustamentos de Partes de Capital diz respeito à declaração da imparidade da participação da Soplasnor, reduzida a zero por entendermos que o valor dos activos da Soplasnor equivalem aos seus passivos.

Nota 41 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Mercadorias EUR

Conta	Descrição	2009	2008
32	Existências Iniciais	2.768.953	3.181.879
312	Compras Líquidas	4.508.650	4.897.318
382	Regularizações de Existências	-32.681	-31.771
32	Existências Finais	2.012.383	2.768.953
612	Custo das Mercadorias Vendidas	5.232.538	5.278.474

Matérias Primas

Conta	Descrição	2009	2008
36	Existências Iniciais	2.699.241	4.848.951
316	Compras Líquidas	15.023.000	18.684.456
386	Regularizações de Existências		
36	Existências Finais	2.701.093	2.699.241
616	Custo das Matérias Consumidas	15.021.148	20.834.166

Matérias Primas (Edifício Aqua Residence)

Conta	Descrição	2009	2008
36	Existências Iniciais		
316	Compras Líquidas	243.424	18.413
386	Regularizações de Existências		
36	Existências Finais		
616	Custo das Matérias Consumidas	243.424	18.413

61	CMVMC	20.497.111	26.131.052
-----------	--------------	-------------------	-------------------

Nota 42 – Demonstração da variação da produção

Produtos Acabados EUR

Conta	Descrição	2009	2008
33	Existências Iniciais	1.932.177	1.355.183
383	Regularizações de Existências	-7.888	-17.686
33	Existências Finais	1.188.480	1.932.177
812	Variação da Produção	-735.809	594.679

Produtos em Curso de Fabrico (Edifício Aqua Residence)

Conta	Descrição	2009	2008
33	Existências Iniciais	2.978.226	1.971.303
383	Regularizações de Existências		
33	Existências Finais	5.130.859	2.978.226
812	Variação da Produção	2.152.633	1.006.922

812	Variação da Produção	1.416.824	1.601.601
------------	-----------------------------	------------------	------------------

Nota 43 – Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da empresa foram as seguintes:

EUR

Órgão	Valor
Conselho de Administração	353.292
Conselho Fiscal (ROC)	15.480

Não há responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais.

Nota 44 – Análise de vendas e prestações de serviços por actividades e mercados geográficos

EUR

Mercado	Actividade Comercial	Actividade Industrial	Totais
Mercado Interno	5.651.180	8.035.800	13.686.980
Mercado Externo	887.187	25.444.518	26.331.704
Totais	6.538.367	33.480.318	40.018.684

Nota 45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

				EUR	
CUSTOS E PERDAS	2009	2008	PROVEITOS E GANHOS	2009	2008
Juros Suportados	1.356.467	1.392.357	Juros Obtidos	23.236	143.345
Perdas Empresas Grupo e Associadas	84.357	774.069	Ganhos Empresas Grupo Associadas	322.845	404.329
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	22.658	9.102	Outros Juros Relativos a Emp. Grupo	39.547	48.117
Descontos p.p. Concedidos	230.374	238.951	Diferenças de Câmbio Favoráveis	3.312	14.740
Outros Custos e Perdas Financeiros	68.079	81.641	Descontos p.p. Obtidos	7.430	2.329
Resultados Financeiros	-1.364.860	-1.873.770	Outros Prov. e Ganhos Financeiros	705	9.490
	397.075	622.350		397.075	622.350

Nota 46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

				EUR	
CUSTOS E PERDAS	2009	2008	PROVEITOS E GANHOS	2009	2008
Donativos	20.864	96.958	Recuperação de Dívidas		
Dívidas Incobráveis	78.597	68.845	Ganhos em existências	8.724	
Perdas em Existências	8.221	702	Ganhos em Imobilizações	15.877	11.933
Perdas em Imobilizações	204	27.314	Redução de Provisões		
Multas e Penalidades	3.711	424	Correcções Rel. Exerc. Anteriores	34.512	31.929
Correcções Relativas Exerc. Anteriores	117.127	75.361	Outros Prov. e Ganhos Extraord.	243.101	397.184
Outros Custos e Perdas Extraordinários	33.026	3.968			
Resultados Extraordinários	40.464	167.474			
	302.214	441.045		302.214	441.045

Nota 48 - Outras informações relevantes

- a) No dia 12 de Dezembro de 1996 foi celebrado com o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), Sistema de Incentivos SINDEPEDIP, um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio a fundo perdido, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 4.480.582 euros.

EUR

Discriminação do saldo	Fundo Perdido	Reembolsável
Recebido até 31/12/2000	133.183	1.631.982
Reembolsado durante 1999		-135.998
Reembolsado durante 2000		-584.794
Reembolsado durante 2001		-911.190
Reposição do subsídio	-10.932	
Reposição em resultados até 31/12/1998	-85.714	
Reposição em resultados até 31/12/1999	-9.568	
Reposição em resultados até 31/12/2000	-4.382	
Reposição em resultados até 31/12/2001	-3.132	
Reposição em resultados até 31/12/2002	-3.322	
Reposição em resultados até 31/12/2003	-4.265	
Reposição em resultados até 31/12/2004	-3.050	
Reposição em resultados até 31/12/2005	-2.860	
Reposição em resultados até 31/12/2006	-1.849	
Reposição em resultados até 31/12/2007	-1.103	
Reposição em resultados até 31/12/2008	-226	
Reposição em resultados até 31/12/2009	-227	
Saldo em 31/12/2009	2.553	0

- b) No dia 07 de Janeiro de 2002 foi celebrado com o ICEP PORTUGAL - Investimento Comércio e Turismo Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME) um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio não reembolsável, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 7.676.397 euros.

EUR

Discriminação do saldo	Fundo Perdido	Reembolsável
Recebido até 31/12/2002	80.000	1.609.772
Recebido até 31/12/2004	20.000	402.443
Prémio obtido até 31/12/2005	905.497	-905.497
Reembolsado durante 2004		-201.222
Reembolsado durante 2005		-251.526
Reembolsado durante 2006		-100.611
Reembolsado durante 2007		-368.906
Reembolsado durante 2008		-184.454
Reposição em resultados até 31/12/2002	-20.102	
Reposição em resultados até 31/12/2003	-10.347	
Reposição em resultados até 31/12/2004	-312.003	
Reposição em resultados até 31/12/2005	-135.222	
Reposição em resultados até 31/12/2006	-112.851	
Reposição em resultados até 31/12/2007	-69.117	
Reposição em resultados até 31/12/2008	-50.665	
Reposição em resultados até 31/12/2009	-44.758	
Saldo em 31/12/2009	250.433	0

IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Srs. Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual de Fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório da Administração, bem como as contas por este apresentadas.
 - b) A proposta da Administração quanto à aplicação de resultados.

Aveiro, 27 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

Dr. António Maria Antas Teles

- **PRESIDENTE**



Engº José Luís Azevedo Cacho

- **VOGAL**



José Augusto Nadais de Sousa (R.O.C. 525)

- **VOGAL E ROC**



V. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º. 202
Contribuinte n.º. 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de balanço de 47.939.414 euros e um total de capital próprio de 14.493.927 euros, incluindo um resultado líquido de 993.453 euros), as Demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



PORTO: Praça Mouzinho de Albuquerque, 139, 2.º. D.º. 4100 - 360 Porto | tel.: 22 606 23 79 | fax: 22 609 88 43 | e-mail: nadais@revisores.com
BRAGA: Rua de Santa Margarida, 2A - 1.º. Esq. - Salas 2/3, 4710 - 306 Braga | tel./fax: 253 682 166 | e-mail: artur.moreira@revisores.com

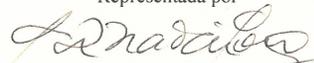
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Aveiro, 27 de Abril de 2010

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por



José Augusto Nadais de Sousa, ROC n.º 525

VI. Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2009.

As contas consolidadas da Oliveira & Irmão, S.A., relativas a 2009, dizem respeito às seguintes sociedades:

- Oliveira & Irmão, S.A. (Sociedade Mãe);
- Oliver International, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasmor - Soc. Plásticos do Norte, S.A., detida em 79,9%.

A Oliver International, Srl, com sede em Itália, mantém a sua actividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade mãe, complementando esta actividade com uma interessante actividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha principalmente para a sociedade mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante (mais a cada ano que passa), seja pela capacidade de projectar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria e dos nossos clientes e mercados, seja pelo labor para assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade mãe.

A Sociedade Soplasmor – Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, viu suspensa a sua actividade no exercício findo. O principal mercado da Soplasmor era o mercado espanhol. As vicissitudes recentes da economia espanhola, com a actividade do mercado a cair drasticamente e com os principais clientes da Soplasmor a enfrentarem situações de insolvência, levou a administração da Soplasmor (que representa cabalmente a estrutura accionista do grupo), a decidir a suspensão da actividade desta empresa tendo em vista a posterior desactivação.

Naturalmente esta decisão tem consequências a nível económico e financeiro, não só nas contas da Soplasmor, mas também nas contas da empresa-mãe. Esta decisão foi considerada a solução mais adequada para a situação da empresa e do grupo. Foi decidido assumir o passivo e as responsabilidades da empresa perante todos os credores. Naturalmente a análise comparativa dos

dois últimos exercícios revela-se, por este facto, difícil, seja em termos das contas individuais da Soplasnor, seja em termos de contas consolidadas.

No que diz respeito ao volume de vendas verificamos uma diminuição do valor das vendas consolidadas em 24,7%, tendo atingido o valor total de 49.592.359 euros. Mais uma vez recordamos que a comparabilidade com o ano anterior é limitada, pois a partir do momento que decidimos liquidar a nossa participada Soplasnor, o volume de vendas desta deixou de ser visto numa óptica de continuidade, para ser visto numa óptica de liquidação da unidade produtiva.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados reflectem a seguinte evolução:

- Diminuição do resultado líquido consolidado: 1219%. Em grande parte contribui para este valor, a óptica de liquidação com que se passou a considerar as contas da Soplasnor.
- Diminuição do Cash-Flow: 43,2%. A geração de fundos pela empresa-mãe, Oliver e Moldaveiro, não foi suficiente para fazer face à não geração de fundos derivada da grande quebra de actividade da Soplasnor.
- Diminuição do EBITDA: 34,7%. A desactivação da unidade produtiva da Soplasnor teve como primeiro efeito a geração de custos, como seja a dispensa de todo o pessoal ao serviço, que tiveram implicações negativas na margem operacional gerada pelo grupo.
- Diminuição da autonomia financeira. Esta desceu em termos consolidados de 25,6% em 2008 para 23,9% em 2009, mas com o congelamento da actividade da Soplasnor estão criadas as condições para melhorias significativas neste indicador a médio prazo.

Em termos de estratégia de grupo o objectivo continua a ser reforçar o grupo no seu todo, através do reforço e autonomização económica de cada empresa. Com a desactivação da Soplasnor recentramo-nos nas actividades mais directamente relacionadas com a nossa actividade principal (concepção, produção e venda de autoclismos e seus componentes), procurando melhorar a competitividade e competência neste mercado.

O relatório da sociedade mãe foi elaborado de modo a reflectir, de forma adequada, a estratégia de actuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objectivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, se bem que de forma resumida, os aspectos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo.

Esta empresa é o centro da estratégia do grupo e na sua actividade reflectimos o nosso posicionamento em relação aos diversos mercados, com a permanente ânsia de aumentar a quota nos mercados onde actuamos e de penetração em novos mercados, com a inevitável procura de mais e melhor competitividade. A crise (para além da motivação interna) levou-nos, como antes referido, a procurar melhorar alguns aspectos produtivos e organizativos. Julgamos que conseguimos uma organização mais leve e mais flexível e melhor preparada para enfrentar as vicissitudes e inconstâncias dos mercados.

O volume de negócios diminuiu 12,9%, atingindo o valor de 40.018.684 euros. O investimento diminuiu 36% ficando-se pelos 1.391.881 euros. Os resultados cresceram atingindo o valor de 993.453 euros.

Oliver International

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta actividade com a distribuição (reexportação ou "representação") em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

As vendas desta sociedade apresentaram uma diminuição de 19,5%, passando a 11.173.064 euros. O desempenho nos mercados de exportação foi a principal causa desta perda de volume de negócios. Em termos de resultados líquidos houve uma diminuição de 25,3%, sendo em 2009 de 305.125 euros (quando em 2008, tinham sido de 408.413 euros).

Moldaveiro

Esta empresa continua a apresentar uma excessiva dependência da sociedade mãe, sofrendo com os ciclos de contracção de investimento em moldes. A contracção de investimentos da sociedade mãe (também em moldes) e a cautela em relação ao mercado levaram a diminuir o volume e valor de moldes normalmente encomendado, com sacrifício para a Moldaveiro.

Na tentativa de diminuir esta dependência, a Moldaveiro começou, com sucesso, a fornecer outras sociedades do grupo, mormente a Valsir (sociedade que participa no capital da Oliveira & Irmão), para além de continuar a procurar trabalho noutros clientes.

Oliveira & Irmão, S.A.

O volume de negócios em 2009 foi de 1.192.507 (2008 fora de 1.460.275 euros) com uma diminuição de 18,3% relativamente a 2008, com resultados líquidos positivos de 25.025€ (tinham sido negativos em 2008 em 22.144 euros).

Soplasnor

Como referido a administração desta empresa resolveu suspender a actividade estando agora a trabalhar na sua desactivação e liquidação dos respectivos activos. Não faz assim sentido comentar a evolução das vendas e demais indicadores.

Com a desactivação acima referida procuraremos colocar no mercado os activos da empresa (edifícios, terrenos e equipamentos) fazendo por esta via face a significativa parte do passivo. Estão a ser desenvolvidos contactos e esforços nesse sentido.

Conclusão

A terminar, algumas considerações quer sobre o exercício findo, quer sobre as perspectivas de desenvolvimentos próximos.

O exercício findo ficou marcado pela crise. Por um lado (sociedade mãe) após o primeiro impacto e a reacção que se mostrou adequada veio a “estabilização” com os resultados económicos a mostrarem-se minimamente satisfatórios e a premiarem assim o trabalho de reorganização e redimensionamento feito. Por outro lado (Soplasnor) a crise foi a razão para o fim desta experiência de (relativa) diversificação que acaba de maneira frustrante.

Em todas as participadas o volume de actividade diminui mas os resultados melhoraram na Sociedade mãe (de forma significativa) e na Moldaveiro (que voltou aos resultados positivos).

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Para além do antes referido no relatório individual da sociedade mãe, apenas queremos acrescentar e reforçar que contamos, com o desenvolvimento recente da economia internacional e os resultados da estratégia industrial e comercial implementados, melhorar o nível de resultados em 2010.

Oliver International

Em relação a esta sociedade reforçaremos a estratégia e política actuais, procurando melhorar o desempenho nos mercados internacionais que penalizaram o desempenho da empresa nos dois últimos exercícios.

Moldaveiro

A Moldaveiro, para além de ensaiar uma melhor aproximação à sociedade mãe, com uma mais profunda e profícua interacção na manutenção dos moldes desta, procurará melhorar a sua competitividade através de reformulação de alguns processos internos, tentando assim melhorar o seu posicionamento no mercado, para além de melhorar a eficiência e rapidez dos serviços e fornecimentos à sociedade mãe e à Valsir.

Soplasnor

Sobre a Soplasnor nada há a acrescentar ao acima já referido.

Conclusão

A terminar queremos apenas reforçar a nossa determinação em fortalecer a robustez de cada uma das sociedades, reforçando a sua autonomia económica de modo a que possam de uma maneira mais positiva contribuir para o bom desempenho do grupo.

Aveiro, 9 de Abril de 2010

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Silvestro Niboli

Pier Andreino Niboli

Balanço Consolidado

POC	ACTIVO	2009			EUR
		AB	AA	AL	2008 AL
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de Instalação	8.400	7.700	700	3.500
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	247.213	155.409	91.804	60.961
433	Propriedade Industrial e O. Direitos	2.292.459	1.419.008	873.451	239.412
435	Outras imobilizações incorpóreas	27.759	27.759		0
		2.575.831	1.609.876	965.955	303.873
	Imobilizações corpóreas				303.873
421	Terrenos e recursos naturais	5.279.819		5.279.819	5.279.820
422	Edifícios e outras construções	15.440.114	5.627.673	9.812.441	10.091.186
423	Equipamento básico	37.626.295	26.423.779	11.202.516	12.544.908
424	Equipamento de transporte	1.446.899	1.104.228	342.671	414.965
425	Ferramentas e utensílios	1.708.195	1.468.288	239.907	327.033
426	Equipamento administrativo	2.370.787	2.047.133	323.654	432.011
427	Taras e vasilhame	435.167	435.167	0	0
429	Outras imobilizações corpóreas	1.458.223	1.313.932	144.291	236.705
441/6	Imobilizações em curso	1.699.056		1.699.056	2.720.646
448	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	918		918	1.431
		67.465.474	38.420.200	29.045.274	32.048.706
	Investimentos financeiros				
4112	Partes de capital em empresas associadas			0	
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	31.207	20.658	10.549	4.876
447	Adiantamentos por conta de inv. financeiros				3.741
		31.207	20.658	10.549	8.617
	CIRCULANTE				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	3.342.574	77.752	3.264.822	4.889.309
35	Produtos e trabalhos em curso	5.471.280		5.471.280	3.306.253
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				0
33	Produtos acabados e intermédios	1.736.459		1.736.459	4.513.985
32	Mercadorias	3.036.622		3.036.622	3.974.922
37	Adiantamentos por conta de compras				
		13.586.935	77.752	13.509.183	16.684.468
	Dívidas de terceiros - CP				
211	Clientes, c/c	12.788.773		12.788.773	14.464.687
212	Clientes - títulos a receber	2.916.155		2.916.155	1.878.863
218	Clientes de cobrança duvidosa	2.324.606	2.314.927	9.679	59.977
229	Adiantamentos a fornecedores			0	0
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0	0
24	Estado e outros entes públicos	760.435		760.435	2.089.724
261+262+266					
267+268+221	Outros devedores	704.717		704.717	1.561.526
		19.494.686	2.314.927	17.179.759	20.054.778
	Títulos negociáveis				
15	Acções, obrigações e títulos	5.000		5.000	5.000
		5.000		5.000	5.000
	Depósitos bancários e caixa				
12+13+14	Depósitos bancários	675.958		675.958	324.586
11	Caixa	7.670		7.670	18.160
		683.628	0	683.628	342.745
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	274.722		274.722	303.400
272	Custos diferidos	274.092		274.092	605.219
		548.815	0	548.815	908.619
	Total das Amortizações		40.030.076		
	Total dos Ajustamentos		2.413.338		
	Total do Activo	104.391.575	42.443.413	61.948.162	70.356.805

EUR

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2009	2008
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	2.500.000	2.500.000
53	Prestações suplementares	4.653	4.653
	Diferenças de Conversão	-2.389	-2.389
55	Ajustamentos	7.345.800	3.808.859
56	Reservas de reavaliação	3.148.532	3.454.984
	Reservas:		
571	Reservas Legais	674.802	669.583
574	Outras Reservas	7.599.326	9.982.238
59	Resultados transitados	-3.761.082	-2.644.064
	Sub-total	17.509.642	17.773.864
88	Resultado líquido do exercício	-2.715.531	242.677
89	Dividendos antecipados		
	Total do Capital Próprio	14.794.111	18.016.541
	INTERESSES MINORITÁRIOS	1.173.837	1.995.258
	PASSIVO		
	Provisões para riscos e encargos		
292	Provisões para impostos		
293/298	Outras provisões para riscos e encargos	313.647	318.178
		313.647	318.178
	Dívidas a terceiros - MLP		
23	Dívidas a Instituições de Crédito	15.968.990	17.023.181
255	Outros sócios		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	485.843	917.438
2612	Fornecedores de imobilizado, c/ Letras e out. títulos a pagar		
		16.454.833	17.940.620
	Dívidas a terceiros - CP		
23	Dívidas a Instituições de Crédito	13.014.986	16.103.112
221	Fornecedores, c/c	10.023.560	9.326.556
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferencia		284.792
222	Fornecedores, c/ Letras e out.títulos a pagar	386.698	562.314
2612	Fornecedores de imobilizado, c/ Letras e out.títulos a pagar	2.192	
251+255	Empresas participadas e participantes		
259	Outros sócios		
219	Adiantamentos de clientes	278.585	19.085
239	Outros Empréstimos Obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	1.018.994	1.606.601
24	Estado e outros entes públicos	618.175	445.225
262+263+264+265			
267+268+211	Outros credores	241.688	315.827
		25.584.879	28.663.512
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de Custos	1.708.681	1.672.887
274	Proveitos Diferidos	1.172.997	980.419
276	Impostos Diferidos	745.178	769.391
	Total do passivo	45.980.214	50.345.007
	Total do Capital Próprio, Interesses Minoritários e do Passivo	61.948.162	70.356.805

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

EUR

POC	RUBRICAS	2009		2008	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	11.873.017		14.115.965	
	Matérias	12.665.664	24.538.681	24.379.002	38.494.966
62	Fornecimentos e Serviços Externos		11.442.290		14.537.021
Custos com o pessoal					
641+642	Remunerações	7.124.380		7.701.565	
	Encargos Sociais				
643+644	Pensões	58.800		57.184	
645/648	Outros	2.343.932	9.527.113	2.726.008	10.484.756
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	3.733.215		3.753.420	
666+667	Ajustamentos	1.358.869		190.946	
67	Provisões		5.092.083		3.944.366
63	Impostos		184.954		190.242
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		106.681		155.254
A			50.891.802		67.806.605
683+684 681/5/6/7/8	Amortizações e Provisões Aplic. Inv. Financeiros				
	Juros e Custos Similares				
	Relativos a Empresas do Grupo				
	Outros	2.750.087	2.750.087	2.658.390	2.658.390
C			53.641.889		70.464.995
69	Custos e Perdas Extraordinárias		474.548		473.187
E			54.116.437		70.938.182
86	Imposto s/ o Rendimento do Exercício		447.143		337.306
G			54.563.580		71.275.487
88	Interesses Minoritários		-1.012.111		-190.370
	Resultado Consolidado Líquido do Exercício		-2.715.531		242.677
B			50.835.939		71.327.794
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas				
	Mercadorias	13.130.754		16.512.763	
	Produtos	36.461.605		49.277.612	
72	Prestações de Serviços	19.876	49.612.235	41.760	65.832.135
81	Varição da Produção		-604.610		2.551.757
75	Trabalhos para a Própria Empresa	609.437		974.369	
73	Proveitos Suplementares	640.039		670.496	
74	Subsídios à Exploração	143.761		180.460	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais				
77	Reversão de Amortizações e Ajustamentos		1.393.237	0	1.825.326
B			50.400.861		70.209.217
784 7812/5/6+783	Rendimento de Participações de Capital				
	Rendimento de Títulos Neg. e Outras Aplic. Financ.				
	Relativos a Empresas do Grupo				
	Outros				
7811/3/4/8+ 785/6/7/8	Outros Juros e Proveitos Similares				
	Outros	43.748	43.748	504.634	504.634
D			50.444.609		70.713.851
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		391.330		613.943
F			50.835.939		71.327.794
RESUMO					
	Resultados Operacionais (B) - (A)		-490.940		2.402.612
	Resultados Financeiros (D - B) - (C - A)		-2.706.340		-2.153.756
	Resultados Correntes (D) - (C)		-3.197.280		248.856
	Resultado Antes dos Impostos (F) - (E)		-3.280.498		389.612
	Resultado Consolidado Líquido do Exercício: (F) - (G)		-2.715.531		242.677
	Interesses Minoritários		-1.012.111		-190.370

Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções

EUR

RUBRICAS	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
1. Vendas e prestações de serviços	49.612.235	100,0%	65.832.145	100,0%
2. Custo das vendas e das prestações de serviços	40.871.443	82,4%	53.547.971	81,3%
3. Resultados brutos	8.740.792	17,6%	12.284.174	18,7%
4. Outros proveitos e ganhos operacionais	1.784.567	3,6%	2.439.269	3,7%
5. Custos de distribuição	5.652.199	11,4%	7.267.624	11,0%
6. Custos administrativos	4.919.315	9,9%	4.339.594	6,6%
7. Outros custos e perdas operacionais	528.003	1,1%	572.857	0,9%
8. Resultados operacionais	-574.158	(1,2%)	2.543.368	3,9%
9. Custo líquido de financiamento	2.706.342	5,5%	2.153.755	3,3%
10. Resultados correntes	-3.280.500	(6,6%)	389.613	0,6%
11. Impostos sobre os resultados correntes	447.142	0,9%	337.306	0,5%
12. Resultados correntes após Impostos	-3.727.642	(7,5%)	52.307	0,1%
13. Resultados extraordinários após impostos				
14. Resultados líquidos	-2.715.531	(5,5%)	242.677	0,4%
Interesse Minoritários	-1.012.111	(2,0%)	-190.370	(0,3%)

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

EUR

	2009		2008	
Actividades Operacionais:				
Recebimentos de clientes	53.127.743		73.612.004	
Pagamentos a fornecedores	-34.928.247		-58.697.865	
Pagamentos ao pessoal	-9.062.040		-9.896.795	
Fluxo gerado pelas operações	9.137.456		5.017.344	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-403.223		-678.212	
Outros pagamentos/recebimentos rel. actividade operacional	1.302.149		-1.429.032	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	10.036.382		2.910.100	
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	297.644		321.020	
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	-196.982		-305.031	
Fluxos das actividades operacionais (1)		10.137.044		2.926.090
Actividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	3.638		279.714	
Imobilizações corpóreas	21.997		331.168	
Juros e proveitos similares	67.339	92.975	60.877	671.759
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-1.355.610			
Imobilizações corpóreas	-1.791.817		-4.188.565	
Imobilizações incorpóreas	-434.547	-3.581.975	-489.301	-4.677.866
Fluxos das actividades de investimento (2)		-3.489.000		-4.006.107
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	4.005.681		9.341.552	
Outros recebimentos da actividade de financiamento		4.005.681		9.341.552
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-7.674.089		-4.731.656	
Amortização de contratos de locação financeira	-612.736		-749.084	
Juros e custos similares	-1.953.892		-2.837.791	
Dividendos / Gratificações			-9.137	
Outros pagamentos da actividade de financiamento	-52.780	-10.293.497	-73.575	-8.401.243
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-6.287.815		940.309
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		360.228		-139.708
Efeitos das diferenças de Câmbio		-19.346		5.638
Caixa e seus equivalentes no início do período		347.745		481.815
Caixa e seus equivalentes no final do período		688.628		347.745

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes	2009	2008
Numerário	7.670	18.160
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	675.958	324.586
Equivalentes de caixa	5.000	5.000
Caixa e seus equivalentes	688.628	347.745
Disponibilidades constantes do balanço	688.628	347.745

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, efectuada de acordo com o número 1, alínea a), do artigo 1º do decreto-lei número 238/91, a empresa-mãe e todas as suas filiais, que se indicam de seguida:

Firma/Sede Social	Capital Defido	Capital Social
Oliver Internacional, Srl. Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,0%	1.000.000
Moldaveiro – Moldes, Lda. Lugar do Milão, Esgueira – Aveiro	83,0%	249.399
Soplasnor – Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000

7. Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício

Empresa	Administrativo	Comercial	Fabril	Total
Oliveira & Irmão	28	51	243	322
Moldaveiro	2		19	21
Oliver International	6	4	10	20
Soplasnor	2	5	20	27
Total	38	60	292	390

II. Informações Relativas à imagem verdadeira e apropriada

8. Insuficiência das normas de consolidação

A aplicação de normas de consolidação é suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9. Derrogação às normas de consolidação

Não foram efectuadas quaisquer derrogações às normas de consolidação.

IV. Informações relativas a compromissos

22. Responsabilidades por garantias prestadas

Garantias Prestadas	Beneficiário	EUR
		Valor
Oliveira & Irmão CGD Garantia nº 2512.002591.993	APCMC	16.000
Soplasnor BPI Garantia n.º 05/031/22907	PT COMUNICAÇÕES	15.800
BCP Garantia nº 125/02/1404071	REN – GASODUTOS, SA	12.367
BCP Garantia nº 125/02/1396035	DGCI – Proc. Execução Fiscal	226.175

V. Informações relativas a políticas contabilísticas

23. Bases de apresentação e principais critérios de valorimetria utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efectuou-se pelo método da integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica interesses minoritários.

VI. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por aumentos de capital e estudos/projectos, bem como, patentes. As diferenças de consolidação encontram-se totalmente amortizadas desde o exercício de 2001, atendendo ao método das quotas constantes. As patentes são amortizadas pelo método das quotas

constantes em função do número de anos de utilização exclusiva. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas às taxas máximas consideradas para efeitos fiscais.

b) Imobilizações corpóreas

São registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas foram reavaliados conforme permitido pela legislação em vigor.

As amortizações são calculadas com base nas taxas permitidas pela legislação fiscal, excepto as máquinas e os moldes do sector fabril, da empresa-mãe, que foram amortizados a uma taxa igual a metade daquela, as quais se estima reflectirem a vida útil esperada. É aplicado o método das quotas constantes.

c) Existências

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo este, para além do valor da factura, os encargos adicionais de compra incorridos pelas empresas, até à sua colocação no respectivo armazém. Quanto aos produtos acabados e intermédios, bem como, produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. Como método de custeio das saídas adoptou-se o custo médio ponderado.

d) Ajustamentos e Provisões

Os ajustamentos e as provisões são constituídos pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

e) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos os custos e proveitos que respeitam a vários exercícios e que são imputados aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisição de imobilizações são registados no passivo, como proveitos diferidos na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

As férias e subsídio de férias são registados como custo do ano em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, o valor de férias e subsídio de férias vencido e não pago à data do balanço, foi estimado e incluído na rubrica acréscimos de custos.

f) Classificação do balanço

Os passivos exigíveis de duração superior a um ano da data do balanço, são classificados nas respectivas rubricas como passivos de médio e longo prazo.

g) Saldos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira foram registadas ao câmbio da data das operações. Os activos e passivos expressos em moedas estrangeiras, foram actualizadas utilizando as taxas de câmbio em vigor na data

do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados.

h) Estimativa para impostos sobre lucros

A estimativa para impostos sobre lucros é calculada por cada uma das empresas englobadas na consolidação, com base na estimativa da respectiva matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento.

24. Cotações utilizadas

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, foram ajustados para euros, em 31 de Dezembro, utilizando as seguintes cotações:

Moeda	Cotação
AUD	1,52218
CHF	1,45549
DKK	7,18143
GBP	0,88416
SEK	9,91363
USD	1,41689
ZAR	8,49632

VII. Informações relativas a determinadas rubricas

25. Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

Encontram-se registadas nestas rubricas despesas efectuadas pela Oliver Internacional, Srl., relacionadas com a modificação dos estatutos da sociedade (aumento de capital).

Na empresa Soplasnor, Indústria de Plásticos do Norte, SA as Despesas de Investigação e Desenvolvimento respeitam à Certificação de Produtos.

27. Movimentos ocorridos na rubrica do activo imobilizado

Activo Bruto

EUR

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	132.564	0		-124.163	8.400
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	588.900	4.410		-346.096	247.214
Propriedade Industrial e O. Direitos	2.028.909	263.549		0	2.292.458
Outras Imobilizações Incorpóreas	180.624	0		-152.865	27.759
	2.930.997	267.959		-623.125	2.575.831
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	5.279.820	0	0	0	5.279.820
Edifícios e outras construções	15.106.048	280.947	0	53.118	15.440.114
Equipamento básico	36.097.985	1.061.621	-148.016	614.705	37.626.295
Equipamento de transporte	1.639.535	101.432	-294.067	0	1.446.899
Ferramentas e utensílios	2.002.832	57.206	0	-351.843	1.708.195
Equipamento administrativo	2.332.953	44.779	-6.945	0	2.370.787
Taras e vasilhame	435.168	0	0	0	435.168
Outras imobilizações corpóreas	1.429.021	29.202	0	0	1.458.223
Imobilizações em curso	2.720.646	837.549	0	-1.859.139	1.699.056
Adiant. por conta imob. corpóreo	1.431	0	0	-513	918
	67.045.438	2.412.737	-449.028	-1.543.673	67.465.474
Investimentos Financeiros					
Títulos e O. aplicações financeiras	25.535	5.672			31.207
Adiantam. p/ Conta Inv. Financeiros	3.741			-3.741	0
	29.276	5.672		-3.741	31.207

Amortizações e Ajustamentos

EUR

Rubricas	Saldo inicial	Amortizações	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	129.064	0	-121.364	7.700
Disp. Inv. e desenvolvimento	527.939	86.126	-458.655	155.409
Propriedade Ind. e O. Direitos	1.789.498	44.186	-414.675	1.419.008
Outras Imobilizações Incorpóreas	180.624	0	-152.865	27.759
	2.627.124	130.311	-1.147.559	1.609.876
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	5.014.862	612.811	0	5.627.673
Equipamento básico	23.553.077	2.965.345	-94.643	26.423.779
Equipamento de transporte	1.224.569	100.637	-220.979	1.104.227
Ferramentas e utensílios	1.675.799	124.158	-331.669	1.468.288
Equipamento administrativo	1.900.942	152.932	-6.741	2.047.132
Taras e vasilhame	435.168	0	0	435.168
Outras imobilizações corpóreas	1.192.316	121.615	0	1.313.932
	34.996.733	4.077.498	-654.032	38.420.199
Investimentos Financeiros				
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	20.658			20.658
	20.658			20.658

36. Análise de vendas e prestações de serviços por actividade e mercados geográficos

EUR

Mercados	Total		
	Comercial	Industrial	Total
Portugal	5.847.891	6.012.138	11.860.029
Outros	7.301.540	30.450.666	37.752.206
Total	13.149.431	36.462.804	49.612.235

39. Remunerações dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

EUR

Órgão	Valor
Conselho de Administração	424.658
Conselho Fiscal (ROC)	27.000

Não há responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos membros dos órgãos sociais.

41. Reavaliações do imobilizado

As diversas reavaliações realizadas pela empresa-mãe tiveram por base os seguintes diplomas:

- Decreto - Lei n.º 118-B/86, de 27/Maio;
- Decreto - Lei n.º 111/88, de 2/Abril;
- Decreto - Lei n.º 49/91, de 25/Janeiro;
- Decreto - Lei n.º 264/92, de 24/Novembro;
- Decreto - Lei n.º 31/98, de 11/Fevereiro.

42. Quadro das reavaliações

Empresa-mãe

EUR

RUBRICAS	Custos Históricos	Reavaliações	Valor Contab. Reavaliados
Imobilizações Corpóreas:			
Edifícios e Outras Construções	1.295.323	485.211	1.780.534
Equipamento Básico	412.037	69.847	481.884
Equipamento de Transporte	38.811	5.611	44.422
Ferramentas e Utensílios	5.841	743	6.584
Equipamento Administrativo	43.031	2.703	45.734
Taras e Vasilhame	299	75	374
Outras Imobilizações Corpóreas	1.751	30	1.781
	1.797.093	564.220	2.361.313

Soplasnor

EUR

RUBRICAS	Custos Históricos (a)	Reavaliações (b)	Valor Contab. Reavaliados
Terrenos e Rec. Naturais	1.472.783	2.263.553	3.736.336
Edif. e Outras Construções	2.074.822	1.378.311	3.453.133
Equipamento Básico	4.834.009		4.834.009
Equipamento de Transporte	7.609		7.609
Ferramentas e Utensílios	2.693		2.693
Equipamento Administrativo	23.849		23.849
Out. Imob. Corp.	25.123		25.123
Total	7.441.859	3.642.228	11.084.087

(a) Valores Líquidos de amortizações

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

EUR

CUSTOS E PERDAS	2009	2008	PROVEITOS E GANHOS	2009	2008
Juros Suportados	2.321.410	2.146.395	Juros Obtidos	30.161	149.155
Perdas Empresas Grupo e Associadas	0	0	Ganhos Empresas Grupo Associadas	0	0
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	22.739	10.739	Diferenças de Câmbio Favoráveis	3.312	32.150
Descontos p.p. Concedidos	302.585	325.835	Descontos p.p. Obtidos	8.579	277.554
Outros Custos e Perdas Financeiros	103.353	175.420	Outros Prov. e Ganhos Financeiros	1.696	45.776
Resultados Financeiros	-2.706.340	-2.153.756			
	43.748	504.634		43.748	504.634

Oliveira & Irmão, S.A.

45. Demonstração Consolidada dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EUR				
	2009	2008	PROVEITOS E GANHOS	2009	2008
Donativos	20.864	97.558	Restituição de Impostos		2.497
Dívidas Incobráveis	79.638	68.845	Ganhos em Imobilizações	8.724	119.706
Perdas em Existências	8.221	70.763	Ganhos em Existências	108.816	
Perdas em Imobilizações	894	29.087	Correcções Relat. Ex. Anter.	60.531	97.071
Multas e Penalidades	30.206	424	Outros Prov. e Ganhos Extraord.	213.261	394.668
Correcções Rel. Exerc. Anteriores	134.636	202.379			
O. Custos e Perdas Extraordin.	200.089	4.130			
Resultados Extraordinários.	-83.218	140.757			
	391.331	613.943		391.331	613.943

46. Movimento dos Ajustamentos e Provisões

CONTAS	EUR			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de Dívidas a Receber:				
Dívidas de Clientes	968.710	1.358.868	12.651	2.314.927
Ajustamentos de Existências:				
Mercadorias				
Matérias – Primas	57.362			57.362
Produtos Acabados e Intermédios	20.390			20.390
Ajustamentos para Investimentos Financeiros:				
Outras Aplicações Financeiras	20.658			20.658
Provisões para Riscos e Encargos:				
Outras Provisões para Riscos e Encargos	318.178		4.531	313.647
	1.385.298	1.358.868	17.182	2.726.984

47. Bens utilizados no regime de locação financeira

A empresa-mãe Oliveira & Irmão, S.A., adquiriu o seguinte imobilizado em regime de Leasing:

EUR

Contrato	Data início Contrato	Entidade	Valor dos bens no início do contrato	Período do contrato (meses)	Valor em dívida
321144	07-2006	CGD Leasing	438.500	72	153.460
342184	07-2008	CGD Leasing	73.402	60	52.737
343644	08-2008	CGD Leasing	19.767	48	13.492
346700	12-2008	CGD Leasing	33.329	48	24.713
349341	05-2009	CGD Leasing	30.846	48	25.327
713203	11-2007	Barclays	45.007	36	12.179
713114	11-2007	Barclays	310.630	36	85.098
713542	12-2007	Barclays	52.246	36	18.649
814489	07-2008	Barclays	175.000	60	125.500
160570	06-2006	TOTTA Leasing	213.350	48	24.229
160569	06-2006	TOTTA Leasing	27.500	48	3.123
160568	06-2006	TOTTA Leasing	54.200	48	6.155
160567	06-2006	TOTTA Leasing	113.000	48	12.833
400036036	12-2005	BCP Leasing	29.150	60	5.254
TOTAL			1.615.926		562.750

A nossa filial Oliver Internacional, Srl., adquiriu o seguinte imobilizado em regime de Leasing:

EUR

Contrato	Data de início contrato	Valor de mercado dos bens no início do contrato	Período do contrato (meses)	Valor em Dívida
221888/00471490	1999	4.732.294	139	1.554.234

A Moldaveiro adquiriu as seguintes máquinas em regime de Leasing:

EUR

Contrato	Data de início contrato	Valor de mercado dos bens no início do contrato	Período do contrato (meses)	Valor em Dívida
316051	2005	200.000	60	43.006
400038486	2006	17.301	48	3.288
10015428	2007	70.000	16	19.583
327620	2007	33.897	48	10974

A nossa filial Soplasnor, adquiriu o seguinte imobilizado em regime de Leasing:

EUR				
Contrato	Data de início contrato	Valor de mercado dos bens no início do contrato	Período do contrato (meses)	Valor em Dívida
173476	Jan-2008	20.000	60	12.521
169424	Jul-2007	190.000	60	100.797
332708	Jul-2007	480.000	60	254.612

VII. Informações diversas

50. Outras informações relevantes

- a) No dia 12 de Dezembro de 1996 foi celebrado com o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), Sistema de Incentivos SINDEPEDIP, um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio a fundo perdido, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 4.480.582 euros.

EUR		
Discriminação do saldo	Fundo Perdido	Reembolsável
Recebido até 31/12/2000	133.183	1.631.982
Reembolsado durante 1999		-135.998
Reembolsado durante 2000		-584.794
Reembolsado durante 2001		-911.190
Reposição do subsídio	-10.932	
Reposição em resultados até 31/12/1998	-85.714	
Reposição em resultados até 31/12/1999	-9.568	
Reposição em resultados até 31/12/2000	-4.382	
Reposição em resultados até 31/12/2001	-3.132	
Reposição em resultados até 31/12/2002	-3.322	
Reposição em resultados até 31/12/2003	-4.265	
Reposição em resultados até 31/12/2004	-3.050	
Reposição em resultados até 31/12/2005	-2.860	
Reposição em resultados até 31/12/2006	-1.849	
Reposição em resultados até 31/12/2007	-1.103	
Reposição em resultados até 31/12/2008	-226	
Reposição em resultados até 31/12/2009	-227	
Saldo em 31/12/2009	2.553	0

- b) No dia 07 de Janeiro de 2002 foi celebrado com o ICEP PORTUGAL - Investimento Comércio e Turismo Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME) um contrato de concessão de um incentivo financeiro que reveste a forma de subsídio reembolsável e de subsídio não reembolsável, para aplicação na execução de um projecto de investimento no montante global de 7.676.397 euros.

EUR

Discriminação do saldo	Fundo Perdido	Reembolsável
Recebido até 31/12/2002	80.000	1.609.772
Recebido até 31/12/2004	20.000	402.443
Prémio obtido até 31/12/2005	905.497	-905.497
Reembolsado durante 2004		-201.222
Reembolsado durante 2005		-251.526
Reembolsado durante 2006		-100.611
Reembolsado durante 2007		-368.906
Reembolsado durante 2008		-184.454
Reposição em resultados até 31/12/2002	-20.102	
Reposição em resultados até 31/12/2003	-10.347	
Reposição em resultados até 31/12/2004	-312.003	
Reposição em resultados até 31/12/2005	-135.222	
Reposição em resultados até 31/12/2006	-112.851	
Reposição em resultados até 31/12/2007	-69.117	
Reposição em resultados até 31/12/2008	-50.665	
Reposição em resultados até 31/12/2009	-44.758	
Saldo em 31/12/2009	250.433	0

Nota: Os pontos 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 48 e 49 omissos do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados não são aplicáveis.

VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Srs. Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei nº 35/2005 de 17 de Fevereiro, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas e dos Relatórios Anuais de Fiscalização elaborados pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Fiscalização da Consolidação que nos foi facultado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

O Relatório Consolidado de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pela Administração.

Aveiro, 27 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

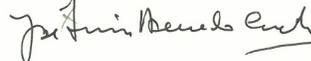
Dr. António Maria Antas Teles

- PRESIDENTE



Engº José Luís Azevedo Cacho

- VOGAL



José Augusto Nadais de Sousa (R.O.C. 525)

- VOGAL E ROC



VIII. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 202
Contribuinte n.º 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de balanço de 61.948.162 euros e um total de capital próprio de 14.749.111 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.715.531 euros), a Demonstração Consolidada dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação e, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



PORTO: Praça Mouzinho de Albuquerque, 139, 2.º Dt.º 4100 - 360 Porto | tel.: 22 606 23 79 | fax: 22 609 88 43 | e-mail: nadais@revisores.com
BRAGA: Rua de Santa Margarida, 2A - 1.º Esq. - Salas 2/3, 4710 - 306 Braga | tel./fax: 253 682 166 | e-mail: artur.moreira@revisores.com

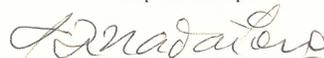
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Aveiro, 27 de Abril de 2010

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por



José Augusto Nadais de Sousa, ROC n.º 525